



Anais da Assembleia

N.º 67

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE JUNHO DE 1.983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 61.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 1983

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados: Gernote Kirinus e Roberto Requião.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artágão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Bufara, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque e Tugúio Setogutte (57), achando-se em licença o Sr. Deputado Wilson Fortes (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 62/83 Curitiba, 01 de junho de 1983.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva cancelar débitos para com a Fazenda Estadual, de valor originário igual ou inferior a Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), existentes até 31 de dezembro de 1982, decorrentes de responsabilidade funcional, inscritos em Dívida Ativa, em razão de decisão condenatória do Tribunal de Contas do Estado.

A medida ora submetida a exame desta Augusta Assembleia Legislativa, é formulada em razão de proposição oriunda do egrégio Tribunal de Contas do Estado e do resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado das Finanças, fundamentando-se na necessidade de ser dada solução de ordem legal a elevado número de processos de tomada de contas, referentes a débitos de pequeno valor e, portanto, muito defasados e cujo custo de cobrança não guarda proporção sequer ao valor nominal. Vale ressaltar que a grande maioria de tais processos refere-se a funcionários aposentados ou mesmo falecidos.

Por outro lado, cabe esclarecer tratar-se de procedimento legal que já vem sendo adotado na Administração Federal através do Decreto—lei n.º 1.687, de 18 de junho de 1979.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o

necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam cancelados os débitos para com a Fazenda Pública Estadual, de valor originário igual ou inferior a Cr\$. 12.000,00 (doze mil cruzeiros) existentes até 31 de dezembro de 1982, decorrentes de responsabilidade funcional, inscritos em Dívida Ativa, em razão de decisão condenatória do Tribunal de Contas do Estado, arquivando-se os respectivos processos.

Parágrafo único. Os autos de execução de que trata este artigo serão arquivados mediante despacho do Juiz ou do Relator, no caso do Tribunal, ciente o representante da Fazenda Pública.

Art. 2.º — Para os efeitos desta lei, entende-se como valor originário da dívida o que corresponde ao total do débito, excluídas as parcelas relativas à correção monetária, juros, custas judiciais e honorários advocatícios.

Art. 3.º — Os benefícios desta lei não atingem os débitos decorrentes de fraude ou ilícitos penais.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM 63/83

Curitiba, 01 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, visando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — PRÓSAFRAS, no exercício de 1.983.

Município	data da celebração
ALTÔNIA	06/05/83
ARARUNA	09/05/83
CAMBÉ	06/05/83
CAMBIRA	06/05/83
CENTENÁRIO DO SUL	06/05/83
CORBÉLIA	06/05/83
LUNARDELLI	09/05/83
MUNHOZ DE MELLO	06/05/83
OURIZONA	09/05/83
PALOTINA	06/05/83
SANTA IZABEL DO OESTE	09/05/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 120/81.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos, de um voto de pesar pelo passamento do Sr. ANTÔNIO PROENÇA, ocorrido no dia 13 do corrente mês, na cidade de Assaí - Pr.

Solicita outrossim, após sua aprovação, seja dado ciência à família enlutada, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

Antônio Proença, homem probo, um dos pioneiros de Assaí que muito contribuiu para seu desenvolvimento, deixa uma lacuna nos meios da sociedade, onde se fez admirado e querido por sua luta e coragem.

Ao registrar seu falecimento, queremos deixar o testemunho de que homens como ele, são exemplos para os que ficam e para as gerações de amanhã.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, sejam indicados Parlamentares com a finalidade de representar esta Casa nas homenagens que as Entidades Sócio-Culturais da Comunidade Líbano-Brasileira prestarão a Suas Excelências Senhor e Senhora João Baptista de Oliveira Figueiredo, a realizarem-se no Clube Atlético Monte Líbano, às 20:30 horas, do dia 16 de junho de 1983.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, envio de telex ao Ex. Sr. Presidente da República, João Batista Figueiredo, solicitando imediata abertura de negociações com o Comando Nacional de Paralisação dos Funcionários Públicos Federais, com cópia para Associação dos Funcionários Públicos Federais do Paraná.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Feita em plenário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão da pavimentação do trecho Cianorte - São Lourenço - Araruna, numa extensão aproximada de 35 quilômetros, no Plano de Asfalto do Governo - Orçamento 1984.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

1. O Distrito de São Lourenço é detentor de um índice elevado de feculárias, sendo responsável pela grande arrecadação de ICM do Município de Cianorte ao Estado do Paraná, uma vez que o mercado de farinha de mandioca demanda uma compra de grande quantidade de outros Estados brasileiros;

2. A pavimentação deste trecho é de real necessidade, vindo sanar um grande problema da região cianortense, uma vez que a região é totalmente de arenito caiua, sendo as estradas muitas vezes inviabilizadas por consideráveis vossorocas causadas pela erosão.

Pelas razões expostas, solicitamos a pavimentação do trecho Cianorte - São Lourenço - Araruna.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, solicitando pavimentação da rodovia que interliga os Municípios de Grandes Rios e Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Grandes Rios é um município que muito tem contribuído para o Estado com sua produção agrícola, escoada principalmente pela rodovia não pavimentada que a liga a Jardim Alegre.

A falta dessa pavimentação afeta ainda mais a região quando há o tráfego intenso para Jardim Alegre e Ivaiporã.

A situação fica mais grave nas épocas de chuvas prolongadas, ficando intransitável a rodovia, impedindo o escoamento da produção, causando quebra na safra agrícola, isolando extensas áreas e trazendo sérios prejuízos à população da região.

Cremos que os fatos expostos acima, entre outros, justificam nosso pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe conferem o Regimento Interno, REQUER ouvido o Plenário, que seja enviado ofício aos Excelentíssimos Srs. Deputados Federais Aroldo Moleta, DD. Coordenador da Bancada do PMDB no Congresso Nacional e Antônio Mazurek, DD. Coordenador da Bancada do PDS no Congresso Nacional, no sentido de que sejam enviados os maiores esforços para a instalação de um Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Ministério das Minas e Energia Elétrica do Governo Federal, pelos motivos e razões estabelecidos na justificativa anexa.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado do Paraná, considerando a crescente preocupação da sociedade para com os recursos minerais, constitui a empresa Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR, à qual têm sido atribuídas importantes funções visando a dinamização e o desenvolvimento harmonioso do setor mineral.

Entretanto, por força da legislação mineral brasileira e pela própria limitação de recursos, ressentem-se o Estado de autonomia e capacidade para atuar de forma mais efetiva, notadamente no controle, fomento e fiscalização das atividades de pesquisa e exploração mineral, bem como na execução de programas de pesquisa básica. O desenvolvimento dessas atividades essenciais é de competência do Governo Federal e devem ser conduzidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral -

DNPM, órgão desse Ministério.

O Paraná ocupa atualmente a nona posição entre os Estados brasileiros, em termos de produção mineral. O Estado contribui com 98 por cento da produção nacional de prata, 75 por cento da de talco, 30 por cento da de chumbo e com 75 por cento da de cimento, sendo ainda o terceiro maior produtor de carvão do País.

Possui o Paraná importantes e estratégicas reservas de xisto pirobetuminoso e urânio. Além do mais, depósitos de fluórita recentemente descobertos sem dúvida permitirão que o Paraná assuma, a curto prazo, a vanguarda nacional na produção desse importante elemento.

Saliente-se ainda, que, segundo dados do SERPRO-MF (Brasília), estão localizadas no Estado do Paraná cerca de 9.000 empresas de mineração e conexas. Fato que explica o crescente número de requerimentos de pesquisa registrados nos últimos anos.

Esses fatos inegavelmente conferem ao Paraná uma posição de destaque no Setor Mineral Brasileiro. Não obstante, o Estado ainda não conta com um Distrito do DNPM, como ocorre nos demais Estados de igual expressão - ou até mesmo de menor expressão setorial. Continua o Paraná subordinado ao Segundo Distrito do DNPM sediado em São Paulo, o qual mantém uma residência em Curitiba, que conta apenas com dois Geólogos e um Técnico em Mineração.

Como se depreende, a estrutura da Residência local do DNPM é inteiramente incompatível com a expressão nacional e a crescente expansão do setor mineral paranaense, não sendo suficiente para o adequado desempenho das funções que lhe são atribuídas — informação, fiscalização, orientação de processos, etc.

Considere-se ainda que a grande maioria das empresas de mineração do Paraná são de pequeno porte. Os seus requerimentos de pesquisa têm que ser protocolizados em São Paulo, o que se torna bastante oneroso, além de impor-lhes dificuldades adicionais e dispêndio de tempo, com evidente prejuízo de suas atividades.

O Governo do Estado, através da MINEROPAR, tem procurado colaborar na solução dos problemas do Setor e continuará empenhado neste sentido. Destaca-se no entanto, que se torne cada vez mais evidente a necessidade de conjugação de esforços.

Diante dessa situação, a Diretoria Executiva da MINEROPAR, representando o Governo do Estado do Paraná e sintetizando as aspirações de todos os segmentos que atuam no setor mineral paranaense, enviou ao Excelentíssimo Sr. Cesar Cals de Oliveira Filho DD. Ministro das Minas e Energia, no sentido de ser implantado um Distrito do DNPM no Paraná. A criação desse distrito possibilitará a alocação de um maior número de profissionais especializados e dos recursos necessários para que o DNPM possa desempenhar adequadamente as funções que lhe são delegadas por lei.

Outrossim, importante ressaltar que a presente justificativa foi extraída de Ofício dirigido pela MINEROPAR ao Ministro das Minas e Energia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Presidente do Conglomerado Banestado, Dr. Leo de Almeida Neves, solicitando a instalação de uma agência bancária daquela instituição financeira em Indianópolis, através da Secretaria de Estado das Finanças

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Indianópolis, município estritamente agrícola, grande

produtor de café, soja e outros cereais, apresenta real necessidade da instalação dessa agência bancária, em função de considerável procura das instituições financeiras e Departamentos de Créditos por seus habitantes, especialmente os voltados para a produção agrícola, uma vez que a agência do Banestado mais próxima está localizada em Rondon, a aproximadamente 15 quilômetros de Indianópolis, e em Cianorte, a aproximadamente 23 quilômetros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Excelentíssima Sra. Ester de Figueiredo Ferraz, DD. Ministra da Educação e Cultura, José Richa, DD. Governador do Estado do Paraná e Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária da Educação, solicitando a instalação em definitivo, da Faculdade de Odontologia de Cascavel.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A instalação da Faculdade de Odontologia na cidade de Cascavel é antiga aspiração da classe estudantil e da comunidade cascavelense, sendo que a mesma já obteve parecer favorável do Conselho Estadual de Educação, no Governo Jayme Canet Júnior.

É justa a reivindicação dos estudantes daquele município, e temos certeza de que haverá empenho dos órgãos competentes, no sentido de atender o pedido deste parlamentar e daquela classe estudantil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja oficializado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Lineu Schwartz, no sentido de que tomem providências visando a construção de ponte sobre o Rio Ribeirão Grande, na localidade de Princesa do Ribeirão, no Município de Ponta Grossa, a qual situa-se no Projeto de Estrada Estadual, ligando Passo do Pupo à Abapã - Rodovia do Cerne.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Em virtude das torrenciais chuvas que se precipitaram sobre a região de Campos Gerais, a estrada que liga Ponta Grossa a Castro e que transpõe o rio acima referenciado, não apresenta condições de tráfego, ocasionando sérias dificuldades para o escoamento das indústrias extrativas de talco localizadas naquela região, bem como aos moradores desta, que ficaram demasiadamente longe de assistência, anteriormente buscada em Ponta Grossa.

Vale dizer que as indústrias extrativas de talco a que fizemos referências, representam 70 por cento da produção total do projeto no Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido de que o mesmo determine a revogação do Decreto Governamental no. 623, de 04 de abril de 1968, que tirou o direito do pessoal da Polícia Militar do Estado contar para todos os efeitos legais, o serviço militar prestado ao Exército Nacional.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O Decreto-Lei n.º 19.344, de 26 de agosto de 1.965, concedeu o direito ao pessoal da Polícia Militar de contar para todos os efeitos legais, o tempo de serviço prestado ao Exército Nacional, posteriormente o Decreto n.º 623, de 04 de maio de 1968, revogou este direito, permitindo a contagem apenas para efeitos de aposentadoria.

Assim, a revogação do citado Decreto 623, se estará permitindo que o pessoal da Polícia Militar volte a usufruir de tal direito, que a nosso ver é de plena justiça.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, solicitando o cascalhamento da Estrada Cândido de Abreu a Ivaiporã, via Distrito de Ariranha.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Através da referida estrada é escoada a produção agrícola da região, base fundamental de sua economia.

Com o cascalhamento, seria facilitado o seu transporte e tráfego em geral, hoje prejudicados principalmente pelas chuvas contínuas.

Cremos que tais fatos vêm justificar o pedido de cascalhamento da estrada acima especificada trazendo desta forma uma maior facilidade à população daquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças, no sentido de que o Posto Avançado de serviço daquele banco, existente na Cidade de Moreira Salles, seja transformado em Agência.

De iniciativa da Câmara Municipal de Moreira Salles, tal providência se justifica uma vez que Moreira Salles é uma das mais progressistas cidades do centro-oeste paranaense, contando com vias asfálticas ligando a cidade a Campo Mourão e Umuarama, estando prestes a ser consumado o asfaltamento que liga aquele município a Tuneiras do Oeste.

Tem sua economia basicamente na agricultura, sendo a maioria dos agricultores de pequeno porte e a transformação do Posto Avançado de Serviço em agência, auxiliaria em muito os agricultores e comerciantes daquele município.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam viabilizados estudos para pavimentação asfáltica do acesso da cidade de Mamborê à BR-369, no trevo natural.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do ilustre Prefeito Ivo Bruneta, da cidade de Mamborê, tal pedido visa reiterar solicitação feita pelo Chefe do Executivo daquele município, o qual já enviou toda documentação necessária para o procedimento de tal estudo.

Com efeito, a concretização do asfaltamento do citado trecho, em muito contribuiria para a melhoria das condições de tráfego naquela região.

Ademais, com a referida pavimentação, far-se-ia uma redução em torno de cinco quilômetros para se chegar a Mamborê, partindo da BR-369.

Cremos nas providências imediatas de tal estudo o que viria atender a um velho anseio de toda a população de Mamborê, órgãos de classes e demais poderes constituídos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de asfaltamento do trecho que liga a BR-369 à BR-487, via Mamborê - Madeireira Klabin, até a cidade de Iretama.

Com esta solicitação estamos reiterando pedido já formulado pelo ilustre Prefeito de Mamborê, Sr. Ivo Bruneta, dirigido a esta Secretaria, e se justifica pela economia e facilidade que terão os moradores daquela região, no escoamento da produção agrícola e produção madeireira.

Numa época em que a economia de combustível é a palavra de ordem, o asfaltamento de rodovias que encurtem distâncias e facilitem o escoamento da produção devem ser metas prioritárias, razão pela qual cerramos fileiras no sentido de atendimento às reivindicações dos munícipes de Mamborê.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a abertura de uma auto-estrada com cascalhamento, interligando os Municípios de Cândido de Abreu a Grandes Rios.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios de Grandes Rios e Cândido de Abreu, são hoje interligados por uma pequena estrada aberta há mais de 30 anos, não correspondendo assim às necessidades atuais de tráfego.

Alcançaram esses municípios grande desenvolvimento nos últimos anos, intensificando o tráfego na rodovia que os liga, dificultado por haver em seu curso serras, pedreiras e curvas desnecessárias, além de pontes que suportam pesos exíguos.

Entendemos ainda que a abertura da auto-estrada com cascalhamento, como solução do problema de escoamento mais fácil da produção agrícola, facilidade do tráfego entre as duas cidades, evitando inclusive o ilhamento de extensas áreas nas épocas de chuvas prolongadas, fatos que justificam nosso pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, pedido de informações ao Excelentíssimo Sr. Secretário das Finanças, sobre:

- a. Qual a última transação com a Usina Central do Paraná, junto ao Banestado.
 - b. Quais as condições e valor.
 - c. Justificativa no caso de ter ocorrido transação.
- Sala das Sessões, em 14 de junho de 1983.
(aa) ROBERTO REQUIÃO
PAULO FURIATTI
SABINO CAMPOS

O SR. PRESIDENTE -- (Trajano Bastos) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dias atrás recebemos, nós Deputados de ambas as bancadas, ofício da MINEROPAR, informando das providências que já havia tomado em relação à criação no Paraná, de um distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM.

E a MINEROPAR pede a esta Casa, que envidemos esforços no sentido de ser esta grande deficiência na estrutura administrativa do Governo Federal, sanada, porque o Paraná, neste aspecto, está dependendo de um distrito do Departamento, localizado em São Paulo.

Como a riqueza mineral paranaense é das mais importantes no cenário nacional, é de inteira justiça esta reivindicação da MINEROPAR, que levou inclusive a administração deste órgão de administração estadual à presença do Ministro de Minas e Energia, em época que não posso precisar no momento.

Ontem o Deputado Luiz Alberto Oliveira apresentou uma proposição solicitando seja oficiado ao próprio Ministro das Minas e Energia, para que se instale neste Estado o Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Hoje, fizemos chegar à Mesa uma proposição com o mesmo objetivo, mas voltada não mais ao Ministro, mas às bancadas do PMDB e do PDS que precisam ser sensibilizadas, para que possam processar uma série de ações parlamentares e administrativas junto ao Governo Federal, para que este objetivo da MINEROPAR seja alcançado no menor prazo de tempo possível.

Quero, ao reafirmar o requerimento que hoje apresentamos a Casa, e por certo será aprovado pelos Srs. Deputados, quero reafirmar um trabalho que precisa ser realçado. Trabalho da MINEROPAR hoje entregue à direção do Professor Ready Sallamone, como Diretor-Presidente, Arsênio Moratore, como Diretor-Técnico e Nereu Carlos Massignan, como Diretor-Administrativo Financeiro que, ao estabelecerem a programação a ser adotada pela MINEROPAR, sentiram uma deficiência extraordinária pela ausência de um distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral, em nosso Estado.

No documento que inclusive nos chegou às mãos, são estabelecidos uma série de dados que colocamos na justificativa do nosso requerimento, porque o Paraná se posiciona em nono lugar em riqueza mineral, entre os Estados brasileiros, contribuindo com 98 por cento da produção nacional de prata; 75 por cento na de talco; 30 por cento na de chumbo; 7,5 por cento na de cimento. É o terceiro maior produtor de carvão do País.

Conseqüentemente, Sr. Presidente, precisamos fazer com que as bancadas do PMDB e do PDS no Congresso Nacional, se organizem no sentido de pressionar o Governo Federal para que, no menor prazo de tempo, sejam corrigidas estas deficiências na estrutura administrativa do Governo Federal no Paraná.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE-- (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão de ontem, neste Plenário, nesta Casa, o Deputado Donato Gulin trouxe um protesto de dois Vereadores do PMDB do Município de São José dos Pinhais, que protestaram numa sessão daquela Câmara Municipal e solicitaram do Governador José Richa providências, para que a Segurança Pública de São José dos Pinhais fosse reforçada.

Na continuidade dos nossos trabalhos, no Horário da Liderança do PMDB, o Deputado Adhail Sprenger Passos afirmou da tribuna que a situação de hoje da Segurança Pública de São José dos Pinhais, foi herdada da administração anterior, logo de uma administração do PDS.

Como deputado do município, acompanhando todos os assuntos da vida pública de São José dos Pinhais, há muitos anos, devo trazer a esta Casa alguns esclarecimentos e informar ao ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos que a herança recebida em São José dos Pinhais foi muito boa, só que hoje ela foi dilapidada, lamentavelmente, e eu me permito resumir, para conhecimento da Casa, algumas iniciativas que foram consolidadas pela administração do município e pelo governo do Paraná, nos últimos anos, em São José dos Pinhais.

Por exemplo: a Delegacia de Polícia do Município, que funcionava num pardieiro na Rua XV de Novembro, foi transferida, foi construída nova, inaugurada em 1979, peça atenção para o dado que indicarei a seguir, os veículos que servem ou que serviam à segurança pública de São José dos Pinhais, um que foi colocado no Município em 78 e recolhido em 82, outro novo colocado em São José dos Pinhais em 15/10/80 e recolhido em 16/05/83, recolhido pelo Governo Richa.

Outro veículo colocado em São José dos Pinhais à disposição da Delegacia de Polícia, em 05 de maio de 1982, recolhido em 26 de abril de 1983 pelo Governo José Richa, e hoje São José dos Pinhais, que na administração passada teve três viaturas para atender a população, no atual Governo do Estado não tem um único, porque os dois que restavam foram recolhidos pela Secretaria de Estado da Segurança Pública deste Governo.

E mais, tanto na Administração do Prefeito Moacir Piovesan quando na administração do Governador Ney Braga, eu tenho o privilégio de informar a esta Casa que foi construído em São José o primeiro módulo policial, além de Curitiba, em todo o Paraná e na região metropolitana, particularmente.

Mas não nos contentamos em colocar um módulo policial no centro, colocamos outro no conjunto habitacional, lá no Urano, onde estão concentradas centenas de famílias, e deixamos mais como herança para o atual Prefeito, uma corporação do Corpo de Bombeiros que São José dos Pinhais não tinha, e se não mais fizemos, é porque antigamente coordenava a área metropolitana, o Coronel Garret, hoje Chefe da Casa Militar do Governo Richa, que, à época, conspirava contra São José dos Pinhais.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Ontem, 13 de junho, mais uma categoria de trabalhadores realizou o seu dia nacional de luta, ao mesmo tempo em que se ampliava o número de grevistas em todo o território nacional.

Esse fato, que não apresenta nenhuma novidade, vem apenas demonstrar toda a intransigência do poder central em relação aos trabalhadores, ratificando ainda mais sua insensibilidade frente às reivindicações apresentadas. Havendo ainda a agravante de que o Governo Federal se mostra sequer disposto a negociar com o Comando de Paralisação dos Funcionários Públicos Federais.

É bom que se recorde do longo tempo de luta desses funcionários que vêm, desde o advento da lei do reajuste semestral, sofrendo um achatamento salarial de tal ordem que, enquanto o salário mínimo foi corrigido em 2.229 por cento, os vencimentos dos funcionários públicos federais foram corrigidos em apenas 1.142 por cento, além de outras medidas coercitivas de há muito existentes, como por exemplo, a proibição ao funcionário público de sindicalizar-se.

As reivindicações dos funcionários públicos estão hoje sintetizadas em cinco pontos básicos, ou seja: 1, reajuste semestral e reposição salarial de 70 por cento a partir de maio de 1983; 3, décimo-terceiro para os estatutários; 4, direito à sindicalização e 5, remessa de novo estatuto ao Congresso Nacional.

Reivindicações estas que estão hoje colocadas em público para a discussão das mesmas, dando ainda possibilidade de que o povo tome conhecimento da justeza da luta dos funcionários públicos federais".

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sr. Deputado Ervin Bonkoski, embora ausente neste plenário, confessado discípulo do Grão-Duque Vitalis, da Lituânia, do qual provavelmente admirará a delicada gargantilha de crochê roxo, o porte nobre e o manto longo, tecido com penas de gansos e pérolas.

Confesso que aprecio, Deputado Ervin Bonkoski, a sua "cruzada anti-comunista", aprecio tanto quanto aprecio as aventuras de Astérix, o Galês, e Idéfix o seu Lugar-Tenente, as aventuras do Gato Félix, sempre a roer a sua espinha de peixe e as aventuras do divertido Pato Donald.

Sua "cruzada", Deputado Ervin Bonkoski, é uma espécie de Disneylândia, subdesenvolvida, e tem desatado o riso de todas as pessoas sérias deste Estado.

No entanto, hoje, sem pretender interferir em suas traquinagens próprias de sua idade e temperamento folgazão, quero lhe dar a oportunidade de participar, ao lado de seus 104 mil eleitores, de uma ação de "praxis" convertida em "poesis" para usar uma terminologia que o Grão-Duque Vitalis não conhecia, no sentido de somar-se às pessoas, parlamentares, partidos e sociedade civil que querem resgatar a soberania brasileira.

Recessão econômica, Srs. Deputados, é o aumento da capacidade ociosa dos fatores econômicos ativos num dado país.

Regressão é a destruição da capacidade instalada de uma determinada economia.

Na mão do Fundo Monetário Internacional, o Chile regressou à 1920, e a Argentina a 1945 hoje nosso País, que ontem não havia governo, porque o Governo somente administrava a dívida externa, está sendo administrado por esta dívida através do FMI.

É hora de dar um basta. É hora de exercermos a soberania. O País precisa cessar o pagamento da dívida externa para partir de uma posição de soberania, renegociá-la conforme as necessidades de desenvolvimento do nosso povo.

Talvez esta fosse uma questão que não preocupasse ao Grão-Duque Vitalis, que não é brasileiro, mas deve preocupar a todos nós brasileiros que estamos esmagados pela inflação, pela recessão, pelo desemprego e em vias de iniciarmos a regressão econômica.

Por outro lado, somos um País viável, com um parque industrial moderno e integrado; agricultura capaz de alimentar fartamente a população; recursos naturais abundantes e principalmente um povo generoso, ativo e trabalhador.

a "praxis" é uma idéia para a ação, cada um faz o que pode, mas aquilo que cada um faz, mostra o que cada um é.

Como Poder Legislativo podemos pouco, no entanto, fica o meu apelo para que esta Assembléia, consultadas as Lideranças, encaminhe uma moção ao Presidente da República, exigindo que assuma a soberania nacional, cessando o pagamento da dívida externa e iniciando a renegociação a partir de uma posição de força.

Sr. Ervin Bonkoski. Hoje, o jornalista Juvêncio Mazarollo completa 257 dias de prisão pelo crime de não pensar da mesma forma que Vossa Excelência, o Grão-Duque Vitalis, da Lituânia. O Grão-Duque viveu por volta de 1.300 e pouco Vossa Excelência vive no Brasil de hoje, do desemprego, da Lei de Segurança Nacional e do povo marginalizado.

O meu respeito ao Grão-Duque Vitalis. Ao Deputado Ervin Bonkoski, o meu boa-tarde.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No mês de abril, mais precisamente no dia 25, apresentei nesta tribuna um requerimento-pedido de informações a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, para informar a respeito da posição da Subprocuradoria, ou melhor, da exoneração dos subprocuradores do Estado do Paraná, que eram em número de 18, no Estado do Paraná, que tinham sido demitidos, e qual seria a intenção do Governo de tentar preencher aquela lacuna que deixava a exoneração daqueles subprocuradores.

Hoje recebi a resposta da informação e tenho por obrigação tornar pública e registrar nos Anais desta Casa, pelo menos os tópicos que julguei mais importantes.

Antes de mais nada, agradeço a deferência toda especial do Governador José Richa em responder aquele pedido de informações e apresentando aqui um programa que, se for, de fato concluído e concretizado, só temos a aplaudir, porque julgamos que o programa está bem elaborado.

Diz o Sr. Procurador Geral do Estado, respondendo, num ofício endereçado a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, que o encaminhou a este Deputado, dizendo que é da intenção do Governo criar um órgão de âmbito estadual com quadro de carreira própria, composto por advogados, assistentes sociais e sociólogos, com atuação em todas as comarcas, com vistas à defesa exclusiva dos necessitados. E assim é que está o programa de democracia e justiça social, diretriz do atual Governo.

Logo adiante, fala de que essa medida tem que depender de uma alteração na Constituição do Estado, cuja alteração está sendo proposta pelo Governo José Richa, para se fazer, para se adequar a Constituição do Estado de forma que possa implantar esse tipo de atendimento jurídico.

E passa o Sr. Procurador a nos chamar a atenção com referência a alguns tópicos da justificativa do nosso requerimento, quando falávamos de que os governos anteriores tomaram medidas nomeando cada um deles um número de subprocuradores, e naquele requerimento, quando falávamos de governos anteriores, nos referíamos ao Governo Ney Braga e ao Governo Hosken de Novaes. Não fizemos nenhuma referência ao Governo Jayme Canet Júnior, porque sabíamos que as sub-Procuradorias foram implantadas em março de 1980, portanto, conseqüentemente, no Governo Ney Braga.

No entanto, o Sr. Procurador disse que estava errada a justificativa "nos governos anteriores", porque deveria constar "no Governo imediatamente anterior" e não "nos Governos anteriores". E ele fazia este registro para excluir o Governo Canet Júnior de qualquer nomeação feita de Sub-Procuradores.

Mais adiante ele falava que as Sub-Procuradorias não vinham atendendo satisfatoriamente às pessoas necessitadas de

advocacia gratuita, porque as Sub-Procuradorias compreendiam várias Comarcas, cada uma delas. E apresentou como exemplo a Comarca de Cascavel, que tinha uma Sub-Procuradoria e também a de Londrina. Por coincidências, as Sub-Procuradorias que somavam o maior número de Comarcas.

Não dissemos em hora alguma que as Sub-Procuradorias vinham atendendo satisfatoriamente os problemas de justiça aos necessitados. Dissemos que era o único atendimento mesmo precário, era o único que existia, e por isso, deveria ser preservado.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA -- Sr. Presidente, Srs. Deputados, faz hoje 257 dias que o jornalista Juvencio Mazzarollo está preso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social revelou que a se confirmar a expectativa de crescimento nulo da economia do nosso Estado, até dezembro de 1983 haverá 282 mil paranaenses desempregados, representando nove por cento da população economicamente ativa.

Infelizmente, Srs. Deputados, esta previsão aterradora do IPARDES ainda é otimista, porque sabemos que os estragos causados pelas últimas chuvas, determinou prejuízos incalculáveis.

Sabemos, Sr. Presidente, que nos últimos 10 anos, conforme dados revelados pelo censo de 1980, cento e duas mil pequenas e médias propriedades deixaram de existir. Foram absorvidas pelos grandes potentados da terra no Paraná.

O que resultou desse processo de expulsão do homem que trabalha na terra, em benefício da tecnologia e do grande capital? Resultou no aumento de 1.325 por cento na produção de soja; 535 por cento na produção de trigo; 57 por cento na produção de arroz e apenas 3 por cento na produção de feijão.

Ou seja: o único aumento significativo se verificou na produção de soja destinada à exportação, enquanto pouco ou nada se fez na última década, para aumentar a produção de alimentos.

E agora estamos diante de dois novos flagelos: as chuvas e o "pacote" econômico divulgado na última sexta-feira, pelo Governo Federal.

Os cálculos da Secretaria da Agricultura indicam que, em conseqüências das chuvas, já não se pode mais falar em super safra. Ao contrário, perdemos 48 mil toneladas de feijão; 140 mil de soja; 300 mil de milho, 8 mil de girassol; 18 mil de batata, representando uma perda de 27 bilhões e 700 milhões de cruzeiros, que, somando-se às perdas verificadas no início do ano, na produção de algodão, arroz e feijão das águas, totalizam a espantosa cifra de 78 bilhões de cruzeiros.

E que dizer das perdas causadas pela destruição de estradas e pontes? Quantos milhões terão que ser investidos para restaurar as estradas vicinais e proporcionar a movimentação de safras?

Só Deus sabe, Srs. Deputados.

Diante desta conjuntura, seria lícito esperar que o Governo Federal, que ao longo destes 20 anos tem sido um verdadeiro carrasco para o Paraná, viesse em socorro do nosso Estado, tradicional exportador de grãos e grande produtor de alimentos.

Ao invés disso, o que vemos, Sr. Presidente?

Vemos que o Governo, autoritariamente -- como sempre -- aprovou mais um "pacote" elevando as taxas de juros para a agricultura, a um patamar que está muito além do que a nossa agricultura poderia suportar.

No mesmo dia os combustíveis foram majorados em 45

por cento, representando mais um duro golpe para a administração pública e para as prefeituras, já sacrificadas por uma política tributária que concentra todos os recursos em favor da União.

Além de representar mais um duro golpe sobre todas as atividades produtivas deste País, especialmente para a agricultura. É evidente, Srs. Deputados, que esse conjunto de fatores negativos -- as chuvas e a ditadura econômica que ainda persiste no Brasil -- terão imediatos efeitos sobre a economia do Paraná, aumentando e agravando os nossos problemas sociais, as nossas dificuldades econômicas, a legião de desempregados e desesperados.

Diante disto, Sr. Presidente, solicito encaminhar ao Sr. Governador, a seguinte sugestão:

que estude a imediata decretação de um estado de emergência no Paraná.

Que esta decisão seja comunicada aos Presidentes da Câmara e do Senado Federal, aos líderes das bancadas com assento no Congresso Nacional e aos Ministros da Área Econômica.

Que o Governo do Estado, com o apoio desta Assembléia, determine em caráter de urgência, medidas de apoio ao municípios mais afetados pelas chuvas; que mobilize todos os recursos que pode dispor para socorrer a produção agrícola deste Estado, entrando em contato com as cooperativas e sindicatos rurais; e que determine a abertura imediata de frentes de trabalho, para a restauração e recuperação das estradas vicinais danificadas pelas últimas chuvas".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE -- (Trajano Bastos) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Uma inflação superior a 200 por cento. Desnacionalização das empresas estatais. Aumento das taxas de juros agrícolas, Disparada do custo de vida, com o litro de gasolina a 303,00 cruzeiros, o quilo do açúcar a 280,00 cruzeiros. Agravamento da recessão e do desemprego.

Comoção social. Este será o resultado quase imediato do pacote econômico imposto à Nação, na semana passada.

Preparado em Washington, pelos banqueiros do FMI, e o Presidente do Banco Central, Carlos Langoni, este pacote reúne as principais exigências dos banqueiros internacionais para manter os empréstimos necessários para o pagamento de juros da dívida externa brasileira.

Um caminho frontalmente oposto ao que Delfin Neto vai "empurrando com a barriga", é o que emerge das soluções apontadas pelo Projeto emergência do Senador Teotônio Vilela. Aprovado oficialmente pelo PMDB, o projeto vem sendo amplamente debatido e recebe cada dia mais adesões. Ali estão as medidas que no entender do Senador Teotônio Vilela, são imprescindíveis para preservar e garantir a soberania da Nação.

A decretação da moratória da dívida externa, acompanhada por outras medidas a nível político, juntamente com outros países devedores, é a primeira medida que o Senador apresenta, para que o País possa mudar o rumo da política econômica, centrando o desenvolvimento num modelo baseado nas nossas necessidades.

Esta readequação de nossa economia deve ser acompanhada por decisões que resgatem, também as outras três grandes dívidas -- a interna, a social e a política -- que estão diante da sociedade brasileira, fruto de um modelo "que subordina os interesses nacionais aos do capital estrangeiro e conduz o País a soluções que nada têm a ver com seus problemas fundamentais

Este projeto emergência há de ser a primeira etapa da

retomada do desenvolvimento do País em novas bases. Um processo auto-sustentado, nacionalista, democrático, onde o bem-estar de todos os brasileiros seja a meta final.

A moratória da dívida externa deve ser precedida por articulações políticas a nível internacional, buscando entendimentos e acordos bilaterais com outros países, objetivando manter o fluxo das importações indispensáveis à nossa economia; e articulação com os demais países devedores, em especial México, Argentina, Venezuela e países do Terceiro Mundo, para definir um posicionamento em bloco, frente ao sistema financeiro internacional.

Adoção de uma política econômica independente, com a imediata revogação das medidas recessivas, — como o pacote econômico baixado na semana passada — mediante uma política de investimentos planejada em função do mercado interno e do emprego de toda a força de trabalho disponível. Criação de frentes de trabalho, através de investimentos em infraestrutura e obras públicas. Aplicação efetiva do Estatuto da Terra, desapropriando o latifúndio improdutivo. Educação voltada para a realidade e às necessidades nacionais. Apoio à empresa nacional. Política salarial que dê prioridade ao aumento real de salário nas faixas mais baixas; política trabalhista que garanta a estabilidade no emprego e o desestímulo à contratação de horas-extras.

Para Teotônio Vilela, serão necessárias medidas drásticas, para um rigoroso tabelamento dos juros e por fim à especulação financeira. Para tanto, é preciso o congelamento dos títulos públicos (ORTNs e LTNs) existentes. Substituição destes títulos por bônus com negociabilidade restrita e taxas de juros menores. Aplicação dos recursos originários desses bônus em programas de substituição de importações e investimentos essenciais para o desenvolvimento do mercado interno. Reforma tributária tornando o imposto de renda socialmente mais justo.

A aplicação deste programa terá como consequência o fortalecimento da democracia, indispensável para que seja paga a "dívida política" acumulada ao longo de 19 anos de autoritarismo, onde os mais elementares direitos foram cerceados, condicionados, manipulados e negados.

Restaurar estes direitos implica na revogação da Lei de Segurança Nacional e na convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Implica em garantir ao povo o direito de eleger diretamente o Presidente da República, assim como os Prefeitos das Capitais e dos municípios considerados "área de segurança nacional".

Este é o caminho apontado pelo PMDB, através do projeto emergência do Senador Teotônio Vilela. Um "basta à situação em que nos encontramos: de dependência do exterior, de desenfreada especulação financeira; de agravamento da situação de milhões de brasileiros que vivem sem o mínimo de condições, agora, sem esperança de dias melhores; e de perda dos direitos fundamentais de cidadania".

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento).

Estávamos, evidente, procurando apartear-lo no momento mais adequado, para que não interrompêssemos o raciocínio de Vossa Excelência, e por isso, por um descuido nosso, quase que perdemos a oportunidade de apartear-lo, porque Vossa Excelência traz nesta oportunidade a esta Casa, um tema que deveria ser o mais importante, no nosso entendimento para ser debatido nas Casas Parlamentares.

Quero lembrar a Vossa Excelência inclusive da nossa participação no II Fórum de Debates havido nesta Assembleia Legislativa, no segundo painel, quando o Deputado Federal Herbert Levy aqui compareceu para apresentar um plano de ação para o Brasil, era o tema deste painel. E Sua Excelência, monetarista como é, filiado à Escola Econômica de Chicago, que pensa em consequência, que todos os problemas que possam

afligir uma sociedade, dependem exclusivamente do aspecto econômico e, por sua vez, na área do econômico, penso que tudo se reserve manobrando os cordéis do sistema monetário financeiro.

Sua Excelência apresentou um plano de ação voltado aos aspectos monetários e financeiros à realidade brasileira. E nós, que tivemos acesso a um resumo do seu pronunciamento com antecedência devida, havemos por bem, na oportunidade, no pouco tempo que nos foi destinado, dizer que o econômico depende do político, não só o econômico, todos os aspectos da vida social dependem da estruturação do aspecto político, que é mais abrangente.

E caminhei no meu raciocínio, naquela oportunidade, dizendo que os males da economia brasileira se resolverão quando tivermos implantado aqui neste País a República, porque não vivemos num regime republicano, somos nominalmente uma Nação republicana. Dissemos que depende também de uma decisão de uma re-implantação da federação brasileira, porque não vivemos numa Federação, a não ser nominalmente. E por aí afora, também lembrando que a necessidade de restaurar a República, restaurar a Federação, e tentar de uma vez por todas a democracia, depende, nobre Deputado, de um novo pacote social e esse novo pacto social só se poderá estabelecer através de uma Assembleia Nacional Constituinte.

E essas idéias todas que não são minhas, são do Partido, e dentro do Partido é digno de realçar o que Vossa Excelência vem a fazer neste momento, da tribuna.

Essa figura de estadista que é o Senador, o grande companheiro Teotônio. Que é um homem cuja vida devia ser o espelho para todos nós, principalmente nós parlamentares. E uma vida dedicada a esta Nação, criando, estabelecendo novas formas de atuação a todos nós.

E por isso me congratulo com Vossa Excelência, me desculpando pelo aparte extraordinariamente longo que Vossa Excelência me honrou em conceder.

O SR. RUBENS BUENO — Deputado Adhail Sprenger Passos, Vossa Excelência, aqui, com muita honra, vem enriquecer o nosso pronunciamento nesta tarde como profundo conhecedor dos grandes problemas não só do Estado do Paraná como de todo o Brasil.

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Rubens Bueno, o nosso aparte é para cumprimentá-lo pela propriedade com que Vossa Excelência coloca nesta Casa a inquietação com relação aos pacotes sucessivos, e, por antecipação, historicamente condenados ao fracasso, com que o Governo Federal tem tratado a gente brasileira.

Pacotes de todos os tamanhos, que sempre têm culminado por empacotar cada vez mais o povo brasileiro. Já estamos saturados de assistir nos pacotes o que vimos, e a análise que Vossa Excelência tão bem fez e que demonstra claramente que as vítimas dos pacotes são exatamente os agricultores, através da retirada de estímulo, de subsídios de produtos básicos. Aquele que maior amparo deveria receber é aquele sobre quem recai a maior cota de sacrifícios, pelas pseudo-reformas implantadas pelo Governo Federal.

Aos assalariados cada vez mais sacrifícios, na forma de retenção de tributos, só que jamais criam pacotes para disciplinar aqueles que corrompem por dentro a nossa economia, e que vão transformando os nossos trabalhadores rurais, a nossa região agrária, sem qualquer sombra de exagero, num grande campo de concentração, onde explorados por toda sorte, nossa gente oprimida, converteu-se em escrava de interesses alienígenas.

É por esta razão, por entender que as colocações, diria eu, científicas, por Vossa Excelência tão bem retratadas em seu pronunciamento, que nós fizemos e proclamamos: "É hora de um

basta àqueles que empacotaram tanto, mas são impotentes para empacotar a indecência com que permitem a exploração de nossa economia, de nosso povo, pelos trustes e cartéis”.

É por esta razão que nós nos solidarizamos com Vossa Excelência e dizemos e externamos o profundo repúdio com que a sociedade brasileira recebe de cima para baixo, como sempre tem recebido, nos anos do governo revolucionário, as tentativas fracassadas, e, insisto, as metas preconizadas por dominantes que se servem de figuras manipuladas em nossa terra, para, cada vez mais, manter nossa sujeição a nossa gente amargurada e sofrida da terra em que nós vivemos.

Parabéns, Deputado, e vamos prosseguir nesta marcha de, pelo menos, fazer desta tribuna, uma caixa de ressonância da angústia de um povo que clama, que grita, que gostaria de afirmar ao Presidente da República e aos donos, aos que manipulam com mão de ferro uma economia voltada para interesses todos, mas não os do povo brasileiro, que basta de urdir e tramar contra a economia, contra um povo que não sabe mais para onde ir, pois o seu destino está totalmente centralizado e manipulado por mãos de ferro, em verdadeira sangria contra nossa gente.

Parabéns, Deputado, parabéns, pela propriedade em sua análise. Os pacotes têm que chegar a seu fim, e chegarão pela ação organizada de um povo que não suporta mais a maldição de um ditadura clara que aí está e que prossegue.

O SR. RUBENS BUENO — Agradeço o aparte do Deputado

Tadeu França, lembrando ao ilustre colega de Bancada do PMDB e particular amigo que no dia de hoje, a Bancada do PMDB, tanto na Câmara Federal como no Senado da República, está em vigília, desde às 11:00 horas da manhã até às 11:00 horas da noite, ininterruptamente, para denunciar à Nação as violências, as arbitrariedades com que técnicos do Fundo Monetário Internacional estão agindo em Brasília, para tentar levar o resto de sangue que já tiraram daqui e do povo brasileiro. Com muito prazer, concedo aparte ao nobre Deputado Caito Quintana. O Sr. Caito Quintana — Deputado Rubens Bueno, uma intervenção rápida, simplesmente para colocar o porquê, talvez, da rejeição do Governo na aplicação do plano de emergência do Senador Teotônio Vilella. Indiscutivelmente, para que se pudesse por em aplicação um plano tão profundo, tão grande, de modificações estruturais na economia desta Nação, seria necessário que os segmentos da sociedade participassem das decisões na remodelação da estrutura econômica e social da Nação.

Acontece que o Governo Federal, onipotente, encastelado e dono da verdade, não admite a participação dos segmentos da sociedade nas decisões da sua linha.

Então aí sucumbe, ante o arbítrio e a prepotência, a tentativa do Senador Teotônio Vilella de fazer um grande “mutirão” nacional para que pudéssemos, juntos, reconstruir a economia da Nação. Então é mais fácil recorrer ao FMI, comprometer a nossa própria soberania econômica, unilateralmente obrigar a Nação brasileira a pagar pela dívida que participou para adquirir, e ontem eu ouvia no programa “O Povo e o Presidente”, o Presidente da República afirmando que não há ingerência alguma dos organismos internacionais na nossa economia, porque quem vai ao banco não está negociando a sua liberdade de agir, e eu perguntaria se desde a “Carta de Intenções” que tivemos de assinar com o FMI, se não estávamos já, naquela oportunidade, negociando a conduta da economia nacional e perguntaria mais, se os representantes do FMI estariam vindo, como estão hoje no Brasil, para negociarem em favor dos brasileiros ou a favor dos bancos que estão nos cedendo as migalhas de um financiamento que estamos fazendo e que já não estamos conseguindo pagar a primeira das parcelas, envergonhando os compromissos internacionais do Brasil?

É importante que uma vez mais se pregue, e é por isso que eu me parabeno com o ilustre companheiro de Bancada, Rubens

Bueno, o plano de emergência do Senador Teotônio Vilella, está presente na vida nacional, porque é vontade do povo brasileiro de um grande “mutirão” para conseguirmos novamente equilibrar a nossa economia e distribuirmos melhor a justiça social. Mas para conseguirmos isso, é importante a participação dos segmentos da sociedade, e num regime de arbítrio e prepotência, de costas para o povo, isto nunca poderia ser conseguido.

Parabéns, e acho que esse plano de emergência, esse convívio dos segmentos sociais na defesa do que é nosso é importante de ser pregado e é o momento de ser conseguido. O SR. RUBENS BUENO — Agradeço ao ilustre Deputado Caito

Quintana o seu aparte ao que com muito prazer incorporamos ao nosso pronunciamento juntamente com os dos Deputados Professor Adhail Sprenger Passos e Professor Tadeu França.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário destinado às Lideranças partidárias, consulto à Liderança do PMDB se fará o uso do seu horário.

O SR. NILSO SQUAREZI — Ocupará a tribuna inicialmente o Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Parlamentares. (Lê):

“Num País onde os direitos mínimos de sua população não são respeitados; onde as pessoas vivem na insegurança e no desamparo governamental; onde o posicionamento da política salarial é a do arrocho e do achatamento; num País onde os trabalhadores sofrem todas as dificuldades, enquanto os homens do Governo se regabofeiam com todas as mordomias, era mesmo de se esperar que a questão da habitação se tornasse mais uma forma de flagelo para o exaurido trabalhador brasileiro, hoje, já encurralado pelo custo de vida, pela inflação, pelo empobrecimento e pelo desemprego.

Nos dias de hoje, ser mutuário do Banco Nacional de Habitação, o famigerado BNH, é como ser portador de uma doença incurável: o proprietário paga, mensalmente, um imóvel que jamais será seu.

Deparamo-nos nos últimos dias, com o assustador e injusto reajuste de 130% nas prestações do BNH. Humor negro, piada de mau gosto dos nossos governantes. Anúncio de um reajuste dessa proporção, quando sabemos que o brasileiro, em média, não chega a ganhar dois salários mínimos mensais. Quando sabemos que a região sul considerada a mais rica do Brasil, os trabalhadores, percebem salários que vai de menos de um salário mínimo a três salários mínimos. Quando sabemos que as correções pelo INPC estão muito longe dos cálculos reais do custo de vida.

E o que dizer então do funcionário público, que sequer possui reajuste semestral, de repente de deparar com um aumento desse nível, nas prestações de sua cada própria?

Houve, uma grita justíssima, por parte dos mutuários, que se declararam, antecipadamente, inadimplentes frente ao poder do sistema financeiro de habitação. O nosso Ministro do Interior, Sr. Mário Andreazza, que não tem problemas com moradia, já que, como os demais Ministros e outras autoridades de nosso País, moram em verdadeiras mansões, gratuitamente, para eles, mas pagas com o dinheiro sofrido, suado e explorado do trabalhador brasileiro, o Ministro resolveu dar “novas alternativas” aos devedores do BNH. Assustou-se com certeza, ao perceber que os mutuários iriam realmente devolver suas casas

e apartamentos, por não ter como pagá-los. Deve ter refletido o Ministro sobre o que fazer com tantas unidades vazias. Os seus amigos, as pessoas do seu relacionamento não iriam querer ocupá-las pois a qualidade da habitação é muito inferior ao preço cobrado. A qualidade do terreno, onde são construídas essas moradias, é péssima, não se podendo, sem muito preparo da terra e muito gasto, plantar uma árvore.

E quais são as novas alternativas? Na realidade, a exemplo do que o Brasil vinha fazendo com a sua dívida. De acordo com as medidas anunciadas pelo Governo, após as manifestações de protesto contra os cento e trinta por cento, o devedor pode pagar um índice de noventa e oito por cento agora, e o restante daqui a seis meses. E quem for funcionário público terá um hipotético reajuste menor, mas, em contrapartida, o prazo para o seu financiamento irá ao dobro. Ou seja, mais um engodo, mais um embuste para a sofrida gente brasileira. Mais uma tapeação, a se somar às tantas outras que nossos Ministros vêm promovendo, como a máxima desvalorização do cruzeiro esse pacote econômico divulgado recentemente.

Tudo isso está nos levando a um panorama desolador e, por que não dizer: patético? Milhares de unidades habitacionais de duvidosa qualidade, construídas ou em construção em todo o País, desocupadas, enquanto a população sem moradia, continua inflando nossas paisagem com favelas e continua brigando por um abrigo ou espaço embaixo das pontes, marquises ou viadutos, na falta de um teto mais digno e mais condigno.

É o caso do nosso Estado, conforme dados da própria COHAB, que cobre o Município de Curitiba, os municípios da região metropolitana e Paranaguá. A COHAB possui hoje 1.300 unidades habitacionais sem ocupação, enquanto 30 mil pessoas estão cadastradas, na fila para a compra de sua casa própria. Causa dessa situação: problema de renda. Cerca de oitenta por cento dessas pessoas têm renda abaixo de Cr\$ 82.000,00 mensais, o mínimo exigido pela companhia habitacional para negociar suas unidades. Atualmente, estão em construção pela COHAB-Ctba, onze conjuntos, perfazendo 4.556 unidades, e mais 4.983 unidades projetadas. Eu pergunto: a esse preço, a esse custo, com essa tradicional qualidade, quais serão os compradores de tudo isso?

A COHAPAR, Companhia de Habitação do Paraná, tem hoje 2.656 unidades em construção e mais 1.697 unidades prontas, em diversos municípios do Estado. Da exposição de 30 de maio deste ano, estão prontas mas não comercializadas, em todo o Paraná, 2.434 unidades. Quais os motivos para todas essas casas encalhadas? A própria COHAPAR diz que existe construção em número superior à demanda, que a renda dos inscritos não é compatível com o custo da habitação e que outro problema é a má localização do conjunto, com carência de infra-estrutura social. Sem falar do aumento do custo, nos últimos 10 anos. Em 73, o metro quadrado custava 4 UPCs. Hoje, custa em média 83 UPCs.

Diante disso, quem ainda arrisca comprar sua casa pelo BNH? Não sei se ainda existem corajosos ou suicidas, capazes de entrar num sistema de financiamento desse tipo. O que eu sei, e todo mundo sabe, é da dificuldade em se adquirir a sua casa própria, face aos preços exorbitantes, aos aumentos disparatados, e a péssima qualidade do imóvel oferecido.

Porque esse é outro aspecto fundamental, para o revoltado mutuário, o sacrificado do BNH. Enquanto os reajustes das prestações sobem indefinidamente, o que sobra do seu salário não dá para promover ao mínimo dos reparos necessários nas casas ou apartamentos adquiridos. São vazamentos, paredes rachadas, tetos desabando, muros caindo e os mais diversos problemas que surgem, tão logo a unidade é ocupada. Prejuízos que jamais serão ressarcidos, já que o mutuário não conta com uma fiscalização a seu favor, com uma entidade que o defenda, a não ser as próprias Associações de Mutuários que foram surgindo espontaneamente, quando a situação vivida

por estes começou a tornar-se insustentável.

Triste exemplo desse quadro tivemos na semana passada, amplamente divulgado pela televisão, pelos jornais: o desespero de um operário brasileiro, tentando se atirar de um prédio, no coração de São Paulo, porque a casa que financiara acabou desabando, enquanto seu salário, corroído pela inflação, não dava mais para cobrir os aumentos das prestações.

E assim como ele, são hoje, no Brasil, 4 milhões e 126 mil mutuários do BNH, perplexos, diante do aumento anunciado, diante da realidade de uma dívida contraída para o resto da vida, sem saída, diante do desmoronamento não só da casa como do sonho de possuir um dia a sua casa própria.

Segundo o próprio BNH, só o Paraná possui hoje 204 mil mutuários. Na faixa de baixa renda, um levantamento realizado em dezembro último dava como inadimplentes 7,5% desses moradores. Na de média renda, 12%. Pelos dados, vemos que a população mais pobre ainda faz um esforço sobre-humano para saldar a sua dívida, já que, na hora da decisão de comprar a casa, ele investe o que tem e o que não tem, num sonho que se acaba bem mais cedo do que se esperava.

Essa é a dura realidade em que vivemos, Srs. Deputados: honestos trabalhadores brasileiros abandonando suas famílias, suas casas, procurando a própria morte como solução, dado o desespero instaurado por um modelo econômico ineficaz, injusto, cruel, que tira o pouco que a população possui e dá, em troca, regalias àqueles que, dia a dia, vão afundando a nossa Nação.

Um sistema que já nasceu distorcido, certamente não poderia dar certo. É o caso dos Sistema Financeiro da Habitação. Desde o início, as críticas dos mais diversos setores da sociedade levantaram o problema do "pagamento da casa própria, pelo BNH, como uma dívida para o resto da vida do mutuário". Na época, porém, a situação financeira do País ainda não tinha atingido tamanha gravidade, o que dava margem para o BNH ser mais um dos pratos cheios para humoristas, cartunistas e outros criadores da picardia nacional. Hoje, com a escalada da inflação, da dívida interna e externa, do custo da construção, das especulações imobiliárias, ninguém quer mais rir da própria desgraça. A revolta está aí, mais um estopim num País que vive à beira da falência, entregue aos bancos internacionais e às empresas multinacionais.

Senhores Deputados: a questão da habitação, no Brasil, vem se somar aos demais problemas que urgem uma solução rápida, honesta e eficaz, como a saúde, a educação, os transportes, a segurança, o emprego. Qual o nosso papel, a nossa função, diante desse quadro? Novamente conclamo os companheiros desta Casa e se unirem e buscarem, com equilíbrio e seriedade, caminhos que devolvam a tranquilidade ao povo que aqui nos colocou, como seus representantes.

Temos de arregañar as mangas, afrouxar nossas gravatas, despojarmo-nos de interesses próprios, de benefícios pessoais, e ouvir essa gente toda, que ainda acredita em nós como um canal capaz de levantar, junto aos governantes, ou contra eles, a solução para seus graves problemas.

Temos de ouvir, atentamente, os membros das Associações dos Mutuários do BNH, sentir o seu drama, lutar ao seu lado na busca de um sistema mais justo de financiamento. O que não podemos ficar é insensível diante de milhões de brasileiros, milhares de paranaenses, que estão sendo espoliados pelo Governo, na luta por um teto onde se abrigar. O direito à moradia é básico, é primário, é incontestável. Nossas autoridades terão de enxergar isto, doa a quem doer."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do seu horário.

Com a palavra o Sr. Adhail Sprenger Passos, por dezoito minutos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Devo continuar o pronunciamento de ontem, sobre a programação da COPEL para 1983. Inicialmente, quero informar à Casa, a cada um e a todos os Srs. Deputados de ambas as bancadas, que a COPEL fez publicar na atual administração, um manual, dada a confusão que estava havendo e por falta de uma norma que orientasse as prefeituras municipais do relacionamento com a COPEL. Trata-se do "Manual de Orientação às Prefeituras Municipais", sobre serviços da COPEL. Eu sugeriria a Vossa Excelência nobre Presidente, que mandasse buscar 58 exemplares desse folheto, para distribuir a cada um dos Srs. Deputados, para que os mesmos possam orientar os prefeitos dos municípios, onde exercem suas lideranças político-partidárias; é uma sugestão.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu estava, ontem, procurando analisar o programa no sistema de transmissão de energia elétrica. Já havíamos falado sobre eletrificação rural, sobre o atendimento aos usuários dos serviços de eletrificação, sobre a distribuição de energia elétrica e transmissão de energia elétrica.

Para este ano de 1983, a COPEL programou a aplicação de oito bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros, na construção e expansão de linhas de transmissão; e na construção e ampliação de subestações.

Quanto às linhas de transmissão, vão construir oitenta e três quilômetros, uma linha de transmissão entre Figueira e Jaguariaíva; dezoito quilômetros entre o Pilarzinho e Curitiba e Rio Branco do Sul; e quinze quilômetros de linha entre Cascavel e Pinheiros, no mesmo município; trinta e cinco quilômetros entre Jardim Alvorada em Maringá e o Município de Astorga; trinta e quatro quilômetros entre Andirá e Santo Antônio da Platina; oito quilômetros de Londrina até Jardim Bandeirantes, ainda no Município de Londrina; esta linha de transmissão terá características de linha urbana compacta. Além disso, aqui em Curitiba, com tais características de linha urbana compacta, serão ligados os bairros de Pilarzinho e Bacacheri. E mais ainda: quarenta quilômetros no Município de Cascavel no Distrito de Pinheirinhos ligando com Toledo; e mais trinta e cinco quilômetros de linha de transmissão entre Morretes e Paranaguá complementando ainda mais dez quilômetros em outras pequenas obras ligadas à linha de transmissão. Ao todo estão programadas 14 obras, num total de 290 km de linhas de transmissão, sendo 12 novas linhas, duas extensões e duas modificações quanto à características técnicas, aumentando ao dobro a capacidade de transmissão de 69 para 138 kw.

Quanto às subestações, Sr. Presidente, serão construídas subestações no bairro Pilarzinho, em Curitiba; ampliação em Figueira; ampliação em Londrina; construção em Campo Mourão; construção em Ivaiporã; construção em Loanda; construção no bairro do Bacacheri, em Curitiba; construção em Socorro; e mais dez novas subestações de pequeno porte para atendimento à pequenas localidades e com fonte de suprimento às cargas destinadas a eletrificação rural.

Ao todo, em termos de potência serão aumentados, serão implantados 37 novos transformadores de 34,5 à 230 kw num total de 1 milhões, 957 km/ampères. De modo que acrescente à potência no Paraná deste último valor.

Além disso, serão feitas, no item de subestações, ampliações em subestações de Curitiba, Apucarana, Cascavel, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa, Pato Branco, Toledo, Dois Vizinhos e Ubatã, num total de 1.250 mega/watts/ampère; e ainda ampliações em setenta pequenas subestações, em igual número de localidades.

Mas, Sr. Presidente, para transmitir e distribuir, precisa gerar energia elétrica, e neste campo de geração própria, a COPEL pretende executar neste ano de 1983, um programa de complementação dos trabalhos de implantação da Usina Hidrelétrica Governador Munhoz da Rocha, Foz do Areia, que

como os Senhores sabem, já está implantada esta usina que vai produzir, numa primeira etapa, 1.674 megas/watts.

Aí serão construídas, mediante convênio da Prefeitura de União da Vitória, será implantado um processo de desfavelamento das populações ribeirinhas, deslocando 150 moradias para um local devidamente preparado.

Este investimento, ainda na usina hidrelétrica Governador Munhoz da Rocha, vai implicar na implantação de recursos financeiros de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros.

Na usina hidrelétrica de Segredo, que está em fase de implantação, neste ano de 1983, a COPEL irá edificar 966 residências de diversos tipos; 31 alojamentos para solteiros e mais 30 outras diversas obras, totalizando 1.110 residências. Vejam bem, das 1.110 casas necessárias ao desenvolvimento da obra, 966 serão construídas na atual administração e neste ano de 1983.

Além disso, para esta Usina de Segredo, a COPEL pretende asfaltar o acesso rodoviário, desde a Ponte sobre o Rio Jordão até a vila residencial; fazer o arruamento da própria vila; terraplenar e revestir primariamente a estrada de acesso, ligando a BR-377, no Distrito da Paz, à ponte sobre o Rio Jordão, próximo a Foz do Jordão, numa extensão de 14 km; e concluir a ponte metálica de serviço sobre o Rio Iguazu.

Nestes trabalhos do que se refere à geração de energia em 1983, a COPEL irá investir seis bilhões de cruzeiros somente na Usina de Segredo.

Mas a COPEL também tem programas alternativos. Eu queria lembrar que está sendo estimulado o uso mais intenso da eletrotermia, que vai substituir o uso de derivados de petróleo por energia elétrica, e se pretende a curto prazo, alcançar nesse sentido, uma economia na demanda de petróleo, de uma forma bastante significativa, e isto para o setor industrial, como igualmente para o uso em projetos de eletrificação no transporte coletivo urbano.

Quanto ao carvão mineral, serão intensificados os estudos de sua utilização na indústria, principalmente na indústria cimenteira.

E por outro lado, serão desenvolvidos estudos para aprofundar e aperfeiçoar a tecnologia, no processo de gaseificação do carvão, para futura implantação de unidades de produção de gás, de médio poder calorífico, nos principais pólos industriais do Estado, tendo em vista que o carvão mineral do Paraná é rico em enxofre e se está iniciando um estudo para a produção de enxofre paranaense, a partir da pirita que está contida no nosso carvão mineral.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se procede na COPEL e nós, eu e o Deputado Mário Pereira, já participamos de duas reuniões na COPEL, para um estudo mais adequado dos recursos hídricos do Paraná, porque como Vossas Excelências sabem, esses recursos naturais não podem e não devem ser destinados apenas à produção de energia elétrica. São doze os usos dos recursos hídricos que podemos fazer, uns mais fundamentais que outros e entre os fundamentais que estão sendo esquecidos e marginalizados, é o de realçar o uso da rede hidroviária como transporte. A COPEL está desenvolvendo isso desde já, e nesse sentido foi a nossa presença em duas reuniões na COPEL para o aproveitamento do Rio Ivaí, como fonte de energia elétrica, mas também, e principalmente, como uma rede hidroviária, como temos o exemplo do Rio Tietê, em São Paulo, com a construção de um conjunto de eclusas para podermos ter no Paraná um sistema hidroviário adequado às necessidades de transporte dos bens econômicos produzidos no Paraná.

Mas, Sr. Presidente, deixo para concluir analisando os aspectos financeiros dessa programação. As fontes de recursos são várias: recursos próprios, recursos de capital incluindo neste item as reinversões de dividendos que não mais serão distribuídos como têm sido; e em receitas de capital ainda, as receitas

vinculadas ao imposto único sobre energia elétrica que estavam sendo usadas para custeio da COPEL, mas agora serão destinados, exclusivamente, a investimentos. Além de recursos próprios e recursos de capital, existem ainda fontes de recursos relativos a doações e contribuições e, finalmente, empréstimos e financiamentos.

Para 1983, a preços de 1983, serão os recursos da COPEL no valor de noventa e três bilhões e seiscentos e vinte milhões de cruzeiros. Destes, quarenta por cento serão recursos próprios, e quarenta por cento são empréstimos de diversas fontes; doze por cento de recursos de capital e os outros oito por cento de doações e contribuições. Eu peço que os Srs. Deputados gravem que, quarenta por cento de recursos próprios, e quarenta por cento de empréstimos e financiamentos, serão noventa e três bilhões e seiscentos e vinte milhões de cruzeiros a serem investidos em 1983. Eu quero já anotar o esquema financeiro relativo a 1986, portanto, no último ano do Governo José Richa. Os recursos serão no valor de cento e quarenta e dois bilhões e quatrocentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros; destes cento e quarenta e dois bilhões e fração, cinquenta e quatro bilhões e fração serão recursos próprios, também recursos próprios, digo, também quarenta por cento. Mas os recursos provindos de empréstimos e financiamentos serão reduzidos; reduzidos para trinta por cento do montante, em 1986; e serão acrescidos percentualmente os recursos de capital, pelas razões que há pouco já mencionei, porque os recursos do imposto sobre energia elétrica serão destinados, exclusivamente, a investimentos e não a custeio da COPEL. Isso vem demonstrar uma mudança de filosofia administrativa dentro da COPEL. Por outro lado, quanto aos usos, quanto à aplicação, investimentos diretos, em 1983, serão destinados, dos 93 bilhões e fração, 45,4% para tais investimentos diretos; para o pagamento de dívidas da COPEL, destinados 54,6%; quer dizer, em 1983, a COPEL vai gastar mais pagando dívidas do que investindo diretamente nas obras há pouco programadas e explícitas desta tribuna, por nós. Mas, em 1986, inverte-se o papel: vai se gastar mais com o pagamento da dívida, inclusive dos serviços da dívida. Vai se pagar 43,3% do montante dos recursos daquele ano, e vai se investir diretamente em programas 56,7%. Portanto, é uma nova filosofia de trabalho que se implanta, na COPEL, mostrando que está havendo, paulatinamente, desta tribuna, um movimento dos Srs. Deputados do PMDB, não apenas eu, para trazer a esta Casa informes, nem que seja de maneira superficial como estamos aqui a trazer, mas sempre informes para mostrar que no Paraná, a partir de 15 de março deste ano está se instalando um Governo que quer conduzir a coisa pública com seriedade. E quer trazer a esta Casa, não só aos Deputados da situação, mas principalmente aos Deputados da Oposição, a oportunidade de conhecer, com a riqueza de detalhes que for possível, em função do que seja necessário. Para que nós possamos receber, de quem quer que seja, mas em especial dos Deputados do PDS, a crítica construtiva que esperamos, porque ninguém é dono da verdade e sempre há imperfeições que precisam ser corrigidas.

Para encerrar, quero dizer que me coloco, por força das circunstâncias, à inteira disposição de quem quer que seja, nesta Casa, para trazer a esta Assembléia, informes mais profundos e mais objetivos, para mostrar que no Paraná, está havendo mudanças no sentido de atender o bem comum.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do Partido Democrático Social, se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Por dez minutos, usará da tribuna o Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Airton Cordeiro, por dez minutos.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O PMDB deu ontem uma lição muito exemplar, quando se retirou do plenário para obstruir a votação de um requerimento, que nada mais solicita do que urgência para deliberação do projeto de lei de nossa autoria, que institui o reajuste semestral aos servidores públicos do Paraná.

Menciono lição exemplar, porque num passado ainda muito recente, quando minoritário nesta Casa, o PMDB alegava desta tribuna e através da imprensa, que a obstrução dos processos de votação, era um recurso parlamentar das minorias, com assento nas casas legislativas. De repente, o PMDB com seus trinta e quatro parlamentares, contra vinte e quatro do PDS, se utiliza sem nenhuma ruborização, do mesmo expediente que condenava há tão pouco tempo.

Foram necessárias três chamadas nominais, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, para que depois da terceira, nenhum parlamentar do PMDB permanecesse no plenário, para a votação da matéria. E sem rubor, sim, porque não tiveram esses ilustres Deputados, nem a serenidade para fazer uma pequena reflexão sobre o que dizem os Anais da Casa, sobre a História Legislativa do Paraná; sobre a conduta do PMDB minoritário, confrontada com a conduta do PMDB majoritário. E, pura e simplesmente, dão às costas a uma matéria que precisa ser discutida democraticamente neste Plenário, que pode até ser rejeitada pela oposição de ontem, situação de hoje, mas que precisa fundamentalmente, de discussão, para que haja uma deliberação consciente.

Eu quero me socorrer de palavras que foram ditas muitas e muitas vezes daquela tribuna, pelo ex-Deputado Nelson Friedrich, que afirmava e sempre mereceu o apoio deste Deputado, quando dizia que, o que vale, no Parlamento, é o poder de convencimento, que o voto de cada Deputado deve ser dado, pela consciência e pela convicção que ele adquire na discussão da matéria, no encaminhamento de todas as questões aqui discutidas. E, de repente, o PMDB de hoje se esquece que a obstrução, é recurso da minoria parlamentar, e se esquece também que o poder de convencimento deve ser a bagagem a instruir o voto de cada um de nós! Dá as costas a um passado recente, renuncia a toda a sua pregação, e deixa como maioria soberana desta Casa, o plenário, para não votar um simples requerimento que pede urgência para uma medida em proveito dos funcionários públicos do Paraná! Se estivéssemos ainda propondo alguma aberração, até poderíamos admitir a conduta do partido governista, mas não, o que nós apresentamos e formalizamos através de projeto de lei, nada mais é do que a própria pregação do PMDB quando de sua campanha eleitoral, e também antes, por ocasião de todas as suas pregações aqui, nesta Casa, e fora dela, por onde fosse possível!

Querer o reajuste semestral portanto, é natural, porque é justo! Mais ainda, Sr. Presidente, o PMDB também preconiza sempre, a retomada das prerrogativas do parlamento brasileiro, Ele que sempre criticou a Constituição porque ela sufoca, asfixia o Poder Legislativo. E hoje, quando o Governo do PMDB, no momento que assume a condição de majoritário, nesta Casa, também renuncia as prerrogativas que ele tanto quis, no passado. Hoje, quando nós temos uma proposta legislativa, de um parlamentar com assento neste Poder, ele, PMDB, Governo, traíndo o seu passado, esquece-se de tudo o que disse, e as prerrogativas como que são arquivadas, pela vontade intencional de não prestigiar uma iniciativa Parlamentar!

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência. Em primeiro lugar, desejo

cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz, analisando com critério, e inteligência, o acontecido na tarde de ontem, neste plenário. Eis que os Deputados mais novos são presenciaram, em outras legislaturas, o que nós vimos. O que Vossa Excelência faz, é apenas um retrospecto daquilo que realmente aconteceu aqui em outras épocas. Um retrospecto ainda mais recente, que foi no encerramento da última legislatura — a Bancada do PDS, para comprovar e para tentar checar realmente a boa intenção, aquela realmente certa de se fazer alguma mudança, apresentou dois requerimentos, com relação à semestralidade, e ao 13º salário. O PMDB, minoritário na época, rejeitava ambas as proposições com um único argumento: que, o governo não havia assumido ainda, e portanto, as promessas de palanques políticos deveriam ser implementadas até a posse do novo governo, que ocorreria a partir de 15 de março. E naquela ocasião, nós tivemos negados também, os direitos fundamentais do funcionário público, que era a semestralidade e o 13º salário.

Vossa Excelência oportunamente apresenta, para subsidiar, para tentar ajudar, colaborar com o Governo do Sr. José Richa, um projeto de lei da mais alta importância para os funcionários públicos estaduais. Agora nós vemos, através de apenas uma intenção regimental de apressar esta discussão, nós vimos ontem a bancada regimental do PMDB, simplesmente deixar o plenário e como bem Vossa Excelência argumentou, contrariar todas aquelas pregações que fizeram. É esta talvez, Deputado Airton Cordeiro, a democracia participativa e transparente que o povo do Paraná ainda não entendeu e que nós, aqui na Assembléia, com os exemplos cotidianos, entendemos menos ainda.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Ao agradecer o aparte de Vossa Excelência, devo dizer que ontem, a transparência foi tão grande, que a bancada ficou vazia, desapareceu.

Concedo o aparte ao Deputado Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião — Apenas para aplacar este seu inflamado comportamento na tribuna, adianto a Vossa Excelência que se as prerrogativas deste Poder dependerem só da votação do seu regime de urgência, elas serão resolvidas hoje, porque nós vamos votar o seu requerimento e queremos adiantar a Vossa Excelência que a semestralidade é um compromisso de campanha do PMDB e será dada aos funcionários públicos.

No entanto, o seu regime de urgência será rejeitado pela maioria, como medida de economia processual, uma vez que a semestralidade está garantida pela nossa palavra empenhada nos palanques e diante do povo, e a sua proposta de urgência se transforma assim, numa mera tentativa de apropriação de um compromisso do partido da maioria no Paraná.

A palavra empenhada será garantida, com a sua impulsividade ou sem ela. Muito obrigado, Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Senhor Presidente, o Deputado usará dois minutos do horário destinado ao partido, e os restantes oito minutos, estarão com o Deputado Augusto Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra por mais dois minutos, o Senhor Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu gostaria de esclarecer ao Deputado Roberto Requião de que quem ouve Sua Excelência, imagina que o PMDB é o dono da verdade verdadeira, final e definitiva, e há pouco ainda eu ouvi o Deputado Adhail Sprenger Passos dizer daquela tribuna que ninguém é dono da verdade. Então não é o partido de Vossa Excelência o dono da verdade, absolutamente. O que Vossa Excelência tenta fazer no seu aparte é sofismar, mas esta Deputado Requião, não é a melhor saída para a discussão de problemas sérios como este. Nós estamos cansados de saber, e os exemplos são históricos. É muito comum numa

campanha política, a sementeira de promessas por todos os cantos e de repente as coisas não acontecem. Eu ainda tenho dúvidas, Deputado Roberto Requião, porque há pouco tempo o Governador José Richa foi à televisão e não falou em reajuste semestral. Falou em antecipação salarial, prática aliás, que já vem sendo adotada no Paraná a alguns anos. Não será nenhuma novidade, como também não me parecerá nada de excepcional, a iniciativa do Poder Executivo em conceder o reajuste semestral. O que me causa estranheza, isto sim, é ver que companheiros de Vossa Excelência, que retornaram por uma reeleição a esta Casa, se esquecem de que num passado muito recente, queriam prerrogativas para o Poder Legislativo, e quando tem oportunidade de mostrar que estavam legitimamente empenhados na retomada das prerrogativas, dão as costas aos seus compromissos, provando claramente com impulsividade ou não, com calor no discurso ou não; mas especialmente isso é irrefreável e irreversível, Deputado Requião, provando que não tem sinceridade na sua conduta.

O reajuste semestral não é propriedade do PMDB, ao contrário, eu digo a Vossa Excelência e lanço-lhe um repto neste momento: a primeira iniciativa concreta foi desta Casa com as emendas do PDS em dezembro e com o nosso projeto de agora. E, qualquer iniciativa do Executivo, será apropriação de uma idéia que não é sua.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao horário destinado à Liderança do Partido Democrático Social, ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto à tribuna para concluir o assunto que havia abordado no Pequeno Expediente, e os cinco minutos do Pequeno Expediente não foi o suficiente para que eu pudesse chegar à conclusão do meu pensamento, a respeito da informação prestada pelo Governo José Richa.

Eu abordava desta tribuna, quando se esgotou o tempo, que o Sr. Procurador Geral do Estado, ao responder o pedido de informação formulada por esse Deputado, tentou mostrar de que as subprocuradorias eram inócuas. Nós em parte concordamos com aquele posicionamento. Dizia o Sr. Procurador de que a medida que deveria ser tomada e que deverá ser tomada pelo Governo José Richa, é alterar a Constituição, de forma que capacite o Governo a criar a Procuradoria de Assistência Social, e aí sanará de vez o problema de carência jurídica em todo o Estado.

Mas, como medida de emergência, a informação traz o seguinte: como não seria possível aguardar a solução definitiva que virá com a Emenda Constitucional e subsequente lei ordinária, em prazo de difícil previsão, adotou o Governo uma solução emergencial. Esta solução é o credenciamento de no mínimo dois advogados em todas as comarcas paranaenses, (excepcionalmente admitir-se-á apenas um, nas pequenas comarcas).

Então, temos aqui em palavras claras, que o Governo, como medida de emergência para atender a advocacia gratuita em todo Estado, às pessoas carentes e que necessitam principalmente no setor penal, de atendimento por parte de advogados, será designado segundo o pedido de informação, serão credenciados então, dois advogados em cada comarca. Se isto for feito, a mim parece uma medida razoável, ficará melhor do que as subprocuradorias. Contudo, indagamos nas comarcas que militamos politicamente, e apesar do prazo de resposta a este ofício já ter decorrido mais de quinze dias, não temos nenhum advogado ainda credenciado.

Eu queria dizer e deixar claro a esta Casa, de que se esta medida for tomada em caráter de emergência como o próprio expediente fala, e emergência,

Srs. Deputados no meu entendimento, é medida que deve ser tomada a curtíssimo prazo. Se num prazo de duas ou três semanas, não tivermos nenhum advogado ainda credenciado em todo o Estado do Paraná, nós vamos acreditar de que mais uma vez o Governo não cumpre o que promete.

É por isso que eu queria registrar nos Anais desta Casa, a resposta deste ofício que é um compromisso, porque vem por escrito estas medidas, de credenciar dois advogados em cada comarca para atender os carentes de advocacia gratuita. Nós vamos continuar vigilantes, se for verdadeiramente credenciado esses advogados, nós vamos agradecer e aplaudir o Governo. Mas, se este credenciamento não se der na forma de emergência como o próprio Expediente fala, nós vamos voltar a esta tribuna para dizer, com autoridade e com fatos concretos como sempre nós achamos de que tem que ser, de que o Governo mentiu mais uma vez ao povo deste Estado.

Muito obrigado. —(Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira por treze minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados, há noventa dias o povo paranaense vem constatando que, a mudança pela qual optou nas eleições de novembro, está sendo muito mais para pior do que para melhor. A este povo forjado no trabalho, no dinamismo das iniciativas, sempre empenhado em prosperar e progredir e que sabe fazer do processo de desenvolvimento um objetivo de valor, é triste verificar que a esperança na mudança está se transformando em frustração.

A força impulsiva do entusiasmo passou a ser obstada pelo imobilismo da ação governamental, que se mostra incapaz de decisões amplas e rápidas, para enfrentar as dificuldades momentâneas. Quando manifesta as suas intenções, o Governo do Sr. José Calil Richa se apresenta cheio de contradições ferindo o programa que levou o eleitorado a manifestar-lhe sua preferência nas urnas.

O Governo Richa diz que ainda não teve tempo para concluir seu “Plano de Governo”, apesar de há sete meses saber que iria governar o Paraná. Houve porém, tempo para elaborar um conjunto de diretrizes, conforme anunciou auspiciosamente ontem, em plenário, o ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos, que, em resumo — só o resumo — envolve cerca de oitocentas páginas, um “senhor catatau”, só comparável ao do escritor Paulo Leminsky.

Pois bem, como ainda estamos nas fases das diretrizes globais, dos diagnósticos, dos desejos de transformar estudos em projetos, e tudo isso vai exigir muito mais tempo, pois ainda falta a discussão participativa, para que o governo do Sr. José Calil Richa torne transparente o seu plano administrativo, vamos analisar uma das muitas contradições do Governo que comemora amanhã noventa dias de posse no Palácio Iguaçu, e sete meses de sua eleição.

Refiro-me à escolha dos diretores de escolas públicas, cuja campanha promocional é tão contraditória como o Governo que a está promovendo. Diz a campanha que só a partir do dia 17 estaremos escrevendo a palavra “democracia”, esquecendo-se que a presença do PMDB no Governo do Paraná é uma afirmação de democracia.

Quanto ao custo da vinculação da campanha, o Presidente da Associação dos Diretores das Escolas Públicas do Paraná, Professor Walter Bitencourt, denunciou que atinge a cem milhões de cruzeiros, o que constitui no estilo do Governo Richa, uma austeridade na aplicação dos recursos provenientes dos bolsos dos contribuintes do erário público. Esse custo até que poderia ser considerado irrelevante se não se tratasse de uma “farsa”.

Esta farsa que a Associação dos Diretores de Escola

Pública denominou de “pleisbieleições”, isto é, junção de plebiscito com eleições. Até a própria Senhora Secretária de Educação, professora Gilda Rocha Loures, no debate realizado no último dia 12, no auditório do Colégio Estadual, disse que a escolha direta de um diretor seria ilusória, pois poderia ser eleita uma pessoa que não estivesse inteiramente integrada ao novo governo.

Não acontecerá nada disto, pois a forma adotada pelo Decreto nº 455 não corresponde à reivindicação da classe do Magistério, a qual sempre propugnou a escolha do diretor mediante votação direta, sem lista tríplice.

Vejamos outros itens relacionados com esta “pleisbieleições” da lista tríplice, com que o Governo José Calil Richa “à la Odorico Paraguassu”, está a engodar os professores paranaenses, violando mais uma vez suas promessas eleitorais. No Colégio eleitoral de cada estabelecimento de ensino, que é constituído de professores, especialistas, funcionários, pais de alunos e alunos do segundo grau, os professores representam apenas cinco por cento do Colégio Eleitoral.

No colégio foi solicitado, e foi negado pelo Governo Richa, um coeficiente que, aplicado ao voto dos professores, restabeleceria a dignidade de equivalência de seus votos, aos votos de pais de alunos daquele estabelecimento de ensino. A autoridade do assunto de escolha de Diretor, possui apenas o corpo docente da escola, que conhece, acompanha e participa do processo educativo. Pais e alunos não possuem conhecimento de causa para tanto. Os pais, em tese, no ideal, deveriam viver mais os problemas da escola; mas na prática, isto tem sido impossível. As próprias reuniões das Associações de Pais e Mestres, levam aos pais somente problemas relativos à disciplina dos alunos, conservação do patrimônio da escola; festejos etc.. Nenhum assunto pedagógico, nenhuma consulta sobre currículo, métodos, conteúdo, análise do processo educacional, é feito. O processo adotado pelo Decreto 455 exclui alunos do Curso Supletivo, maiores de 18 anos, que recentemente até votaram para o Sr. José Richa, embora matriculados no primeiro grau. Este processo acabou excluindo os professores pagos pelos municípios, mas que lecionam em escolas do Estado, e que em alguns casos constituem até a maioria do corpo docente da escola.

A exigência de desincompatibilização dos atuais diretores foi uma inovação da Secretaria de Educação em sua Resolução n. 1.051/83, que deveria apenas baixar instrução ao Decreto 455. Mas a Professora Gilda foi além do decreto. Para substituir o diretor nos quinze dias que antecedem o pleito, não foi aceito qualquer professor lotado no estabelecimento. Também este procedimento é incompatível. Em alguns casos, como no Colégio Estadual do Paraná, o velho e grande Colégio Estadual, foi necessário que se escolhesse quem, para gerir aquele estabelecimento de ensino? Um Secretário administrativo. Porque pela instrução da Senhora Secretária da Educação, um professor não poderia ser diretor daquele Colégio.

O item 14, das instruções da Senhora Secretária da Educação, contém também uma imperfeição técnica, pois aceita o contra-cheque de maio, como prova do exercício e lotação do professor. Ora, o contra-cheque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Senhora Secretária da Educação não sabe disso, lamentavelmente, mas não comprova a lotação, somente o exercício.

O contra-cheque indica que o professor percebe vencimentos no estabelecimento, quer seja lotado ou adido no mesmo; se essa cláusula for mal interpretada, poderá ensejar a eleição de um professor que não é lotado no estabelecimento.

Em consequência, um professor de Jaguapitã, pode ser diretor da Escola Leônicio Correia, em Curitiba; ou um professor de Planalto, diretor de uma escola no Município de Londrina. A insensibilidade do Governo José Calil Richa, chega a todas as camadas da população, descontentes com o processo adotado.

Chega a causar espécie, quando se prega que está em andamento uma democracia participativa. Se não, vejamos. A Assembléia Legislativa, casa dos representantes do povo, através do projeto de lei apresentado pelo ilustre Deputado Airton Cordeiro, apresentou outra proposta em atenção às várias manifestações da classe do magistério público estadual. O projeto não prospera nesta Casa, diante da posição contrária, manifestada pelos representantes do PMDB.

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ALBERTO DE OLIVEIRA — Na conclusão. A Associação dos Professores do Paraná, em Assembléia estadual da classe, manifestou-se expressamente contra a forma adotada pelo Governo. Apresentou também memorial com sugestão, para a eleição do diretor. Não foi ouvida. Pois hoje, longe das eleições, o Governo do PMDB não quer ouvir os professores.

A Associação dos Diretores das Escolas Públicas, de primeiro e segundo graus do Estado, manifestou-se...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

Concede-lhe mais um minuto para conclusão de seu discurso.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Obrigado, Sr. Presidente.

... manifestou-se contrária ao projeto. E depois? Concluída a eleição, quem será o nomeado? Após estabelecer-se uma lista tríplice, qual será o nomeado? Aquele que conseguir passar pela tróica pemedebista; aquele que conseguir, após a ficha político-ideológica, compor-se com o Governo que eventualmente está no Poder. Lamentavelmente, o Paraná vai cobrar do PMDB o processo de desestruturação, no ensino do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Esta Presidência comunica aos Srs. Deputados, que amanhã, dia 15, às 15:00 horas, estará presente neste Plenário, a Senhora Gilda Polí Rocha Loures, Secretária da Educação do Estado do Paraná, para prestar esclarecimentos à esta Casa, de acordo com a convocação aprovada por este Plenário.

Quer ainda, proceder a leitura do requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, e aprovado por esta Casa.

(O Sr. Presidente lê o requerimento)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 32/83, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que revoga o disposto no Art. 20, da Lei nº 7.567, de 08 de janeiro de 1982. (CUSTAS JUDICIAIS). Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., aprovado por unanimidade. Em regime de urgência.

A Mesa comunica que com base no artigo 102, parágrafo 2º, está em votação o Substitutivo Geral. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — **Aprovado o substitutivo geral, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 19/83, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVA ESPERANÇA", com sede no referido município. Com parecer CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 23/83)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 19/83

De autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, o presente

Projeto de Lei nº 19/83, tem por finalidade declarar de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVA ESPERANÇA, com sede no município do mesmo nome.

Do exame dos aspectos legais e constitucionais, verificamos que a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria, em seu Art. 1º, inciso III, veda a percepção de remuneração, a qualquer título, dos componentes da diretoria de entidades que se candidatem a ser declaradas de utilidade pública.

Isto posto, analisando-se a documentação anexa, conclui-se que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Esperança, deixa de atender requisito essencial para a declaração de utilidade pública ao distribuir gratificações a seus diretores, como se constata na página 9 (fls. 26) do relatório apresentado.

Nestas condições, nosso parecer é pela REJEIÇÃO.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1983.

(aa) DEJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 48/83, (ex-Proposição nº 46/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Santa Terezinha do Itaipu com interveniência da SUDESUL, e objetivos que especificam. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1º — Ficam aprovados os convênios celebrados em 04/03/83, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Santa Terezinha do Itaipu, com a interveniência da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL; como se especifica: convênio SEPL/09, objetiva a implantação de um micro-sistema de abastecimento de água nos distritos de Três Fazendas, Dois Lapachos e Vila Vitorassi; Convênio SEPL/10, objetiva a execução pelo Município das obras previstas no Projeto de Reforma do prédio destinado à sede da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Itaipu e Convênio SEPL/11, objetivando a melhoria das condições sanitárias das oito (08) escolas rurais, com adoção de instalações sanitárias adequadas nos seguintes escolas: Augusto Vitorassi, Thomé de Souza, Marechal Cândido Rondon, Tiradentes, Machado de Assis, Almirante Saldanha da Gama, Frei Henrique Soares e Dr. Brasília Ferreira.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA — Presidente
IVAN GUBERT — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 46/83

Oriunda de Mensagem Governamental nº 42/83, à presente Proposição, tem por finalidade o referendo desta Assembléia Legislativa ao Convênio celebrado em 04/03/83, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de SANTA TEREZINHA DO ITAIPU, com a interveniência da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a instalação de um micro-sistema de abastecimento de água nos distritos de Três Fazendas, Dois Lapachos e Vila Vitorassi, no referido município.

De acordo com o Art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, e competência para a celebração de convênios com a União, com os Estados e com os Municípios, ad referendum do Poder Legislativo, é do Chefe do Poder Executivo.

Analisando-se o Convênio firmado, temos que o mesmo

vem de encontro aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua ratificação, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
IVAN GUBERT — Relator

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Proença, ocorrido no dia 13 do corrente, no município de Assaí. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Comissão Executiva e subscrito também pelas Lideranças Partidárias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que a Assembléia Legislativa seja constituída em Comissão Geral, nos termos do artigo 35 do Regimento Interno, para realizar uma audiência pública geral sobre o problema das enchentes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando a indicação de Parlamentares para representar a Assembléia Legislativa, nas homenagens que as Entidades Sócio-Culturais da Comunidade Líbano-Brasileira prestarão ao Sr. Presidente da República. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando a prorrogação desta Sessão, por mais uma hora. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo o funcionamento do módulo policial existente no Núcleo "Santa Paula", no Município de Ponta Grossa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulação à Rádio Cidade de Jandaia, pela campanha encetada em favor dos bóias-frias e desamparados do Município de Jandaia do Sul. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, pleiteando auxílio financeiro para construção de um ginásio de esportes na Sede do Município de Tibagi. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, pleiteando alocação de verbas para asfaltamento ou calçamento do Município de Tibagi. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Governador do Estado, no sentido de determinarem a efetivação de uma auditoria no Porto de Paranaguá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, visando a construção de um ginásio de esportes no Distrito de Godoy Moreira, Município de São João do Ivaí. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, apresentando as sugestões fornecidas pela Associação das Indústrias Moageiras do

Milho do Paraná. — Em discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — (Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao jornal "O Comércio", do Município de União da Vitória. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, para que a mesma determine à Senhora Diretora Presidente da FUNDEPAR, a doação de material escolar e didático aos alunos do MOBREAL, do Município de Peabiru. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, das propostas apresentadas pelo jornal Indústria e Comércio, ao Sr. Governador do Estado, e o encaminhamento de cópia deste expediente à Diretoria do Jornal. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Ministro das Minas e Energia, pleiteando a implantação de um Distrito do D.N.P.M., no Estado do Paraná. — Em discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 214.º aniversário do Município da Lapa. — Em discussão.

O SR. PAULO FURIATTI — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A., pleiteando a implantação do referido estabelecimento bancário no Município de Roncador. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, encarecendo a reconstrução da ponte sobre o rio São Francisco, na divisa entre Vera Cruz do Oeste e Toledo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Superintendente da SURHEMA, no sentido de ser feita uma dragagem no Rio Ribeirão Caviúna", no Município de Apucarana, para normalizar o abastecimento de água. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências para uma ligação asfáltica (Rodovia do Milho), entre os Municípios de Apucarana, Rio Bom e Borrazópolis. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de um contorno asfáltico (contorno norte), no Município de

Apucarana. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de verba para a instalação e construção de novo projeto da Estação Rodoviária no Município de Apucarana. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e do Comércio, encarecendo verba para a liberação e fixação do Parque Industrial do Município de Apucarana. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido da agilização no Projeto "Juruba", do Município de Apucarana. — Em discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine à TELEPAR, a normalização dos serviços telefônicos em Catanduvas e no Distrito de Ibema, naquele mesmo município. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, visando a celebração de Convênio entre a Universidade Federal do Paraná e o INAMPS, com a finalidade de dar continuidade aos trabalhos da Unidade de Transplante de Medula Óssea do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. — Em discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — (Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da SANEPAR, no sentido de ser feita uma dragagem no rio "Ribeirão Caviúna", no Município de Apucarana. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votação nominal do requerimento de sua autoria que solicita regime de urgência para o Projeto de Lei nº 59/83. — Rejeitado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

Responderam a chamada 39 Srs. Deputados. A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

(É procedida a verificação de votação).

Quatorze Srs. Deputados aprovam; 22 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 59/83, de sua autoria, que visa instituir o reajuste semestral de vencimentos para os funcionários públicos estaduais. — Rejeitado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Nilso Sguarezi, por quinze minutos.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Três são as razões que nos levam a rejeitar o regime de urgência do nobre Deputado Airton Cordeiro. A primeira delas: o projeto foi apresentado posteriormente ao resultado das eleições de 15 de novembro de 1982, quando houve uma mudança de rumos na política do Estado. Os homens que há vinte anos mandaram no Paraná, com o resultado da eleição não mais poderiam mandar mas estão mandando. Esses homens que não mandavam anteriormente, porque se mandassem anteriormente, Sr. Presidente, a semestralidade já haveria de estar implantada no Estado do Paraná.

Foi um compromisso de campanha do PMDB e será implantada ainda neste primeiro semestre, conforme compromisso do Governador e a imprensa está noticiando, nestes dias, de que os preparativos estão sendo ultimados para que esta Assembléia receba a Mensagem da semestralidade.

Portanto, este projeto é, não só oportunista, mas demagogo. Por quê Sr. Presidente?

Porque os nobres Senhores Deputados do PDS, como o Deputado Airton Cordeiro não protestam em favor do funcionalismo federal, que, nesta oportunidade, está em greve no Brasil.

Ou fazem distinção os nobres Deputados do PDS entre o funcionalismo federal e o funcionalismo estadual?

Esta situação no Estado do Paraná continua a mesma no Governo Federal. Não resolveram no Estado do Paraná, não estão resolvendo no Brasil!

portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazemos o firme propósito aqui, de mudar o comportamento desta Casa, e mudamos. Veja a hipocrisia, Sr. Presidente da Bancada do PDS, há poucos instantes quando cobraram daquela tribuna de que fugimos do plenário e eles estão fugindo agora!

Por isso, Sr. Presidente, não podemos escamotear a verdade que é uma só, ou os nobres colegas do PDS assumem uma postura correta, uma postura coerente, ou será que temos que distinguir entre funcionário estadual, municipal e federal?

Os funcionários federais estão em greve porque não conseguem as reivindicações que estão pleiteando. Muito bem! Porque saímos do plenário, ontem, exatamente, Sr. Presidente, para chamarmos a atenção da opinião pública sobre esta flagrante contradição do PDS, que aqui nesta Assembléia não se ouve, agora que se uniram com o PTB, o famoso PTB que defende os trabalhadores do Brasil, agora que se uniram com o Partido que diz ser a legenda de Getúlio Vargas, e qual é a solução que estão dando para o funcionalismo federal?

Então, para chamar a atenção da opinião pública foi que fizemos este debate ser interessante, porque poderíamos ontem, ter negado o regime de urgência deste projeto que é demagogo e extremamente oportunista, oportunista por essência, pois, foi proposto depois da eleição de novembro, porque é muito cômodo aos homens do PDS que hoje são Oposição no Paraná, exigirem do Governo José Richa o cumprimento de uma obrigação, que eles sendo situação no plano federal, não cumprem.

E diz um velho princípio jurídico de que ninguém pode exigir de outrem, sem cumprir a sua, primeiro. Dêem o exemplo de cima, do Governo Federal, cumprindo a primeira obrigação de dar a semestralidade e o décimo terceiro salário ao funcionalismo federal, porque há um princípio jurídico, inclusive, de que a Lei Maior é a que comanda e que dá o princípio genérico. Assim é a Constituição Federal; vivemos numa Federação. Portanto, Sr. Presidente, votamos conscientemente contra o regime de urgência deste projeto, porque também é ironia. Hoje mesmo, Sr. Presidente, a Ordem do Dia está aí, o requerimento do nobre Deputado Orlando Pessuti pedindo regime de urgência para um projeto que não foi apresentado nos fins de 82. Mas o nobre Deputado Scarpellini, que foi apresentado em 1981, que ficou mourejando nesta Casa quando o PDS tinha maioria. E por ser projeto de um Deputado da então Oposição, não tinha trâmite legal. E ficou dormitando na Casa. Esse sim, é um projeto de urgência, justo, que deve ser aprovado, e que nós vamos aprovar porque é um projeto que faz dois anos que está tramitando na Casa e que visa defender a ecologia do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, votamos, conscientes de que estamos cumprindo com a nossa obrigação de defender inclusive as prerrogativas do Legislativo; ou querem nos impingir os Deputados do PDS que não podemos sair do plenário no instante que entendermos? ou isso não é prerrogativa? Mas, que prerrogativa querem os homens do PDS, nos impedir de sair do plenário à hora que queremos? Por que hoje somos maioria? E não podemos sair do plenário? E eles que usaram esse expediente durante tantos anos? Agora, simplesmente porque não são mais maioria se sentem no direito de cobrar o que eles no passado fizeram? Ora, Sr. Presidente, quando dizem que os novos da Casa não assistiram às cenas do passado? Se tivessem assistido, mais razão hoje teriam para tomar esse posicionamento. Homens que sempre nos negaram os mínimos direitos; quando nós convocávamos Secretários de Estado e não éramos atendidos, e amanhã estará vindo aqui a Secretária da Educação por uma colocação que, digo, por uma convocação que o PDS fez e que nós fizemos questão de aprovar; todos os pedidos de informação, isto é prerrogativa legislativa, que os homens do PDS têm feito e nós temos endossado e aprovado. Isto é prerrogativa legislativa. Não queremos imacular este Poder, mas que reconheçam, os Srs. integrantes da Bancada do PDS, o direito de darmos a orientação da nossa bancada da maneira como nós bem entendermos, porque caso contrário, se nos quisessem ditar normas, lamentavelmente não se despediram do autoritarismo e da ditadura que muitos anos defenderam nesta Casa.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti. Comunico a Vossa Excelência que tem quinze minutos para encaminhar.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Na verdade, a iniciativa do Deputado Airton Cordeiro, conforme falou o Deputado Nilso Sguarezi, cheira a oportunismo, porque o reajuste semestral estabelecido para este País, foi o estabelecido pelo próprio PDS, e quando o PDS, o Governo Federal estabeleceu o reajuste semestral para a Nação brasileira, o fez e excluiu do mesmo os funcionários públicos; e até hoje permanecem os funcionários públicos - municipais, estaduais e federais - fora do reajuste semestral por obra e graça do PDS, tal como se esses não fossem trabalhadores como os outros da Nação brasileira.

O reajuste semestral, hoje, é uma realidade neste País, menos para os funcionários públicos - municipais, estaduais e federais. Mas quem estabeleceu o reajuste semestral? Foi o Governo Federal do PDS do Sr. Airton Cordeiro que hoje

vem tentar estabelecer uma regra já definida, um compromisso já assumido que o PMDB vai cumprir. Mas, ele trata da matéria apenas em cima de um assunto já decidido pelo Governo Estadual do PMDB.

Portanto, Sr. Presidente, nobres Deputados, esta iniciativa cheira a oportunismo, porque eu quero ver o PDS estabelecer uma lei ampla e geral neste País, para todos os funcionários públicos, e não uma lei em cima do casuísmo, do Governo Estadual do PMDB que já assumiu o compromisso.

É importante deixar patente aqui, que a lei do reajuste semestral foi definida pelo Governo Federal, e o Governo Federal do PDS, do nobre Deputado Airton Cordeiro excluiu os funcionários públicos, e o PMDB não vai excluir porque o reajuste semestral dos funcionários públicos, do Governo Estadual do PMDB, será concedido.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está em votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O ilustre Deputado, Líder do Governo nesta Casa, acaba de estatuir um novo princípio para a iniciativa legislativa: Deputado com assento nesta Casa, só pode apresentar projeto de lei antes do resultado de qualquer eleição. Depois de eleição, não se legisla mais. Conhecidos os resultados de 15 de novembro de 82, a partir daquele momento, este é um Poder inerte, no global, porque não se legisla, se tolhe a iniciativa do projeto de lei do Parlamentar.

Esta é a prerrogativa do PMDB. Falou a voz autorizada do seu Líder, nesta Casa.

Ora, Srs. Parlamentares, o que é isso? Desde quando o resultado eleitoral significa marco divisório para qualquer tipo de iniciativa? Desde quando? Onde o Deputado Nilso Sguarezi foi descobrir esta regrinha tão vil? Onde? Em que tipo de democracia, em que tipo de Parlamento, em que tipo de convivência política?

Então, nobre Deputado Nilso Sguarezi, perdoe-me, mas Vossa Excelência pretendeu brincar com o Poder Legislativo. Vossa Excelência fala em prerrogativa parlamentar; Vossa Excelência menciona que o Governo Federal não dá o aumento semestral para seus servidores, e vem reclamar do PDS, com assento nesta Casa, como se fosse de nossa competência legal votar reajuste semestral para os servidores da União.

Nós estamos cumprindo com o nosso papel. Nós estamos propondo o reajuste semestral para servidores públicos do Paraná. Esta é competência nossa, da Assembléia Legislativa do Paraná. Vossa Excelência, eu não posso perdoar. O Deputado Paulo Furiatti eu perdoo, recém-chegado à Casa, falar em oportunismo e demagogia. O que é isso? Quantas iniciativas outras, com esse caráter, o PMDB já adotou na Assembléia Legislativa do Paraná? Quantas?

Mas, Deputado Paulo Furiatti, Vossa Excelência não tem memória legislativa da Assembléia, por isso eu o perdoo. Mas, se estivesse aqui, sofrendo como nós sofremos já há mais tempo, Vossa Excelência teria tido a oportunidade de votar manifestação nossa na última Legislatura, encaminhada ao Presidente da República, solicitando o reajuste semestral e o 13.^o salário, aos servidores públicos da União, também. Mas, como Vossa Excelência não estava aqui, não pode saber. E não teve o cuidado de pesquisar, para fazer uma denúncia ou uma acusação como a que pretende fazer, aliás que não nos atinge porque acima das palavras de Vossa Excelência, ou de qualquer Parlamentar, estão os documentos históricos da Casa que são os seus Anais, e eles provam o que estamos afirmando.

Se, se fazer proposta legislativa for demagogia e oportunismo, o melhor, Sr. Presidente, o mais saudável, será o fechamento da Casa, e nós vamos embora, e deixamos de ganhar, dos cofres públicos, os nossos subsídios e estaremos sim, fa-

zendo com que a opinião pública tome conhecimento que o PMDB entende que aqui não se pode legislar. Aí sim, nós vamos dar repercussão a um fato político ocorrido aqui nesta Casa, não a fuga de ontem, Sr. Deputado Líder do PMDB, ela não foi feita como pretendeu Vossa Excelência dizer, o que quis realmente o PMDB, foi obstruir a votação. E conseguiu o seu objetivo. E, hoje, mobilizou toda a sua bancada presente em Curitiba para aqui vir votar contra o regime de urgência. Mas, isto também não me surpreende. Há poucas semanas atrás, o Partido de Vossa Excelência também recusou urgência para um projeto de lei de nossa autoria estabelecendo eleições diretas para os cargos de direção das escolas públicas do Paraná, e, quando o Deputado Luiz Alberto Oliveira abordava o assunto desta tribuna, eu iria apartear Sua Excelência para dizer-lhe o seguinte: que, lamentavelmente, as eleições serão no dia 17; existe uma iniciativa Parlamentar tramitando morosamente na Casa; as eleições serão feitas, sem que a Assembléia Legislativa do Paraná se pronuncie favorável ou contrariamente, a uma iniciativa parlamentar. Defender prerrogativas parlamentares, Deputado Nilso Sguarezi, é, sobretudo, defender o direito de cada Deputado de apresentar e defender os seus planos de lei, e mais do que isto, o dever que o Plenário tem, de deliberar sobre as matérias que aqui tramitam; Vossas Excelências têm o direito de rejeitar, Vossas Excelências estão convivendo com o princípio democrático da maioria, o mesmo princípio do qual se aproveitou outro dia Vossa Excelência, para ler, daquela tribuna, aproveitando-se de um pronunciamento nosso feito aqui nesta Casa. É um direito da maioria, a democracia é o regime das maiorias. O que nós não podemos aceitar, é a sonexação do debate, é a subtração da decisão, nós não podemos aceitar, é a omissão nós não podemos, sob pena de sermos cúmplices de todos os males desta Nação - do ponto de vista político - nós não podemos, é aceitar que se deixe de discutir, que se deixe de dialogar, porque aí então, cairá por terra a essência de todas as instituições democráticas que este País precisa ter.

Falou mais Vossa Excelência: sobre o acordo do Partido Democrático Social, com o Partido Trabalhista Brasileiro. E a impressão que se tem, é que, acordo partidário só é bom, é que acordo partidário só é justo, quando ele é feito sob o manto do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Ele, pode fazer acordo que bem entender, com o PTB, com o PT, com o PDT, seja lá com qual Partido for, mas outros partidos não podem fazer. O PMDB se deu, inclusive, ao luxo, não de fazer uma aliança, mas de absorver, o Partido Popular para se viabilizar nacionalmente e para enfrentar as eleições estaduais de 1982.

Nisso, o PMDB não reconhece nada de expúrio, mesmo que se saiba que hoje sentam e convivem homens irreconciliáveis de pouco tempo atrás. Mesmo que se saiba que aqueles que formavam o PT, no Estado do Paraná, e que foram absorvidos pelo PMDB eram homens que no Governo do Sr. Jayme Canet Júnior discriminavam prefeitos, vereadores, deputados, líderes políticos do PMDB, de então.

Aí vale o acordo, ou melhor, aí vale engolir, aí vale tragar, aí tudo é bom, tudo é positivo, mas o PDS faz um acordo que o pluritarismo permite com o PTB, e isto é uma excrescência, mas como podem Vossas Excelências, estabelecer regras tão díspares para situações tão iguais? Como podem Vossas Excelências quererem que o regime democrático se consolide na medida em que essa democracia só pode se consolidar de acordo com a cartilha do PMDB? De que forma? É humanamente impossível, mas nós estamos nos acostumando, Deputado Nilso Sguarezi. Já faz algum tempo que com este comportamento que não só revela uma dubiedade de Vossa Excelência, como revela sobretudo uma profunda preocupação em poder compatibilizar o que Vossas Excelências prometam e o que Vossas Excelências julgam ser possível fazer.

Veja-se o caso das eleições das direções das escolas públicas. O Governo numa hora de crise, numa hora de flagelo, numa hora de penúria, esbanja 100 milhões de cruzeiros numa campanha publicitária para uma eleição que não é nem direta, mas que seguramente é dirigida, porque só votam aqueles ligados à escola. Um simples papel, simples como este, barato como este, entregue a cada aluno para levar à sua casa comunicando que no dia 17 de junho o Paraná viverá a farsa de uma eleição que não é uma eleição, seria suficiente para que se comunicasse a todos que naquele dia 17, alguém deveria participar de um ato que na verdade, simboliza a demagogia, a palavra que o Paraná voltou a escrever. Não, ao invés de proceder desta forma, é mais fácil se socorrer do Erário Público, é mais fácil colocar na televisão, no rádio, no jornal, uma campanha publicitária, onde se gastou lamentavelmente uma importância que poderia ser utilizada para outros fins de muito maior utilidade social.

Mas se falou também que o PMDB vai conceder reajuste semestral porque é um seu compromisso da campanha e eu confesso que ponho em dúvida todos os compromissos de campanha do PMDB, porque não sei ainda quais são as diretrizes governamentais do Sr. José Richa e ninguém sabe o que pretende Sua Excelência administrando o Governo do Estado do Paraná.

E não argumentem que Richa é Governador há pouco tempo, há oitenta, há noventa dias. Ora, quem não sabe da sua pregação política ao longo de sua vida pública como homem da Oposição? Esta pregação seria a primeira instrumentação para que Sua Excelência formulasse o seu plano de governo.

A campanha eleitoral depois, mas admitamos que tudo se perdeu, que não houve tempo. Richa foi eleito no dia 15 de novembro e no dia 16, com todas as responsabilidades inerentes ao seu cargo, deveria começar imediatamente a estruturação do seu programa de trabalho. Foi empossado no dia 15 de março e não se tem um documento, por mais miserável que seja dizendo o que Richa quer fazer pelo Paraná. Então, nós estamos vivendo das suas promessas, e por isso nós duvidamos delas peremptoriamente. E temos razões para duvidar porque este Paraná até hoje ainda não sabe quais as responsabilidades pelos cargos públicos de sua administração.

Visitava, ainda ontem, um município e lá falavam os companheiros: aqui a inspetora de ensino pode ser "fulana de tal", só que o PMDB do Prefeito é um; o PMDB do candidato à Prefeitura que perdeu era outro; o PMDB do Diretório se divide entre os dois, e nós não indicamos ninguém. E para sair da minha região, que se visite Londrina, que se veja a saúde pública de Londrina, que se veja a segurança pública de Londrina, as faixas e os protestos da população. É por este e por outros motivos que não acreditamos nas promessas do PMDB e recorreremos à nossa prerrogativa no Legislativo.— (Sem revisão do orador).

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO -- Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A memória de muitos é inexistente. Os Deputados do PDS pretendiam ver o Governador José Richa iniciar o seu governo um dia após a sua tomada de posse, todavia a Nação brasileira desde 64 - o famigerado março de 64 - espera a "Revolução" governar este País e resolver os problemas angustiantes da população brasileira, e temos assistido desde 64 é a "apologia" da incompetência e da irresponsabilidade que tem levado a Nação brasileira a um "buraco sem fundo", de onde não pode sair senão o descrédito e a desmoralização internacional.

A memória dos Deputados do PDS é muito curta ou inexistente, quando o Deputado Airton Cordeiro tem a petulância de dizer que nós, Deputados do PMDB, estamos voltados para as costas a um passado muito recente, e eles estão a querer voltar as costas para todo um passado de sustentação

política de um regime espúrio, e toda a Nação brasileira hoje repudia com a maior veemência, como tem feito nas urnas democráticas conquistadas através do sacrifício, das torturas e das mortes de muitos brasileiros que lutaram pela dignidade e pela liberdade do povo brasileiro.

Srs. Deputados, a memória do povo haverá de ser lembrada, porque a história já está escrita; a história de muitas dores, de muitas fomes, de muitos desesperos; é a história do trabalhador que hoje está aí sem moradia; é a história do funcionário público que não recebe sequer dos governantes, que ele tem ajudado na administração pública, o amparo necessário para poder se sustentar no seu dia-a-dia no combate e na frente da sustentação de uma vida impossível de ser sustentada quase, devido à política econômica desastrosa apresentada e defendida desde 64 pelos homens que defenderam esta Revolução malévola para o Brasil e para a Pátria brasileira.

Srs. falar de outras eleições democráticas no próximo dia 17, é realmente revelar, é realmente demonstrar o desespero por nós, o povo do Brasil, estarmos passo a passo a reconquistarmos o terreno e o caminho da democracia.

Eles têm medo da verdade. O PDS treme diante das urnas, porque foi o sustentáculo do massacre econômico do povo brasileiro. Mas este povo brasileiro, sofrido, faminto, desesperado, angustiado muitas vezes, haverá de ter a postura e a compostura necessária para realmente levar esta Nação brasileira à sua grande predestinação histórica e democrática.

Falar de democracia para os homens do PDS é, para muitos, um insulto. Talvez alguns comecem a sentir os novos rumos de um novo tempo. Mas, quando os postulados do PMDB, quando a bandeira do PMDB sustentada com todos os artifícios durante todos estes anos, e agora consagrada pelo povo do Paraná, esta bandeira trazia as cores de um ideal sagrado. Esta bandeira, a bandeira do PMDB, trazia as cores de uma angústia sentida pelo PMDB e era a angústia do povo brasileiro, permanentemente massacrado pelo despotismo e pelo arbítrio que se implantou à custa da desgraça do povo brasileiro. Esta bandeira, sustentada pelo PMDB, a bandeira do ideal, a bandeira da convicção inabalável, a bandeira dos propósitos inarredáveis, de lutarmos pela melhoria do povo brasileiro, esta bandeira tremula em nossas almas e em nossos corações e não será o tempo que apagará, porque ela está indelével na imortalidade de nossas almas.

Por conseguinte, devemos dizer ao povo do Paraná, principalmente, que sempre defendemos o funcionalismo público federal, estadual e municipal. Neste caos econômico que a Nação vive, que o Estado do Paraná atravessa, a Liderança do PMDB disse com muita propriedade, não estamos neste Poder para implantarmos ou para fazermos demagogia, mas para, no momento certo, numa oportunidade correta, realmente implantarmos a semestralidade do funcionalismo público estadual. A aspiração do PMDB, a aspiração do funcionário público do Paraná.

Não nos deixaremos levar nem sermos conduzidos por demagogias, por oportunismos de Deputados que tiveram em suas mãos as possibilidades totais de fazerem uma legislação mais humana para o povo do Paraná. E o que fizeram foi exatamente sustentar as mordomias federais e estaduais. O que eles fizeram foi exatamente sustentar uma política salarial que massacra o funcionário público em todos os escalões e massacra o trabalhador brasileiro de todos os níveis.

Srs. do Paraná, o PMDB vai continuar fiel aos seus propósitos, à sua bandeira e ao seu ideal. Na hora certa, na oportunidade certa, sem demagogia, sem embuste e sem mentiras.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação.

O SR. TADEU FRANÇA — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para encaminhar,

concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França.

Antes porém solicita vênia do orador que se encontra na tribuna, para registrar as presenças em plenário dos Vereadores da Câmara Municipal de Curitiba, Alípio Leal, Sidglei Claudino e Emílio Mauro.

Está com a palavra o Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Afirmava o Deputado Airtton Cordeiro, que o Deputado Paulo Furiatti era novo nesta Casa que não conhecia certos fatos passados.

Deputado Paulo Furiatti, não como deputado, mas como professor eu quero dizer que muitas vezes aqui viemos, viemos em comissões falar exatamente com os líderes do Governo na época, Deputado Paulo Furiatti e pedíamos então, a lista tríplice para a classe do magistério. E jamais, o Deputado Airtton Cordeiro teve a coragem de anuir, de selar, para que pelo menos isso que hoje ele chama de uma farsa, viesse a ser um benefício por nós, professores de então, solicitado ao Governo do Estado do Paraná.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente.

Apenas para corrigir a posição precipitada e inverossímil do Deputado Tadeu Bento França. Quando se discutiu esta matéria, nós nos pronunciamos favoravelmente à lista tríplice.

O SR. TADEU FRANÇA — Na época, o PDS, do qual foi titular também o Deputado Airtton Cordeiro, jamais teve a coragem, repito, a postura, como maioria, como sendo Governo, de conceder aquilo que hoje, digo, verdadeiramente, militante da classe dos professores, que fui de conferir isso que hoje ele taxa de "uma farsa".

É muito fácil enxergar um cisco no olho de alguém, e não enxergar a trave que está no seu olho, Deputado. É muito fácil, proclamar democracia, fazer caridade com o chapéu alheio; é muito fácil apregoar uma democracia que terá que ser cumprida por outros e que o Governo durante anos, durante decênios, não teve postura, não teve coragem, não teve dignidade, não teve hombridade, para consumá-la pelo seu exemplo. Falam, mas não cumprem. Puderam cumprir e não tiveram coerência para chegar até as consequências daquilo que hoje hipocritamente anunciam para o Paraná.

É por isso que nós não podemos aceitar as acusações proferidas contra o nosso companheiro Deputado Paulo Furiatti. Afirmava aquele Deputado que era um desrespeito a esta Casa, que não era vislumbrar o valor desta Casa, uma semestralidade oriunda do Poder Executivo. Não é o projeto de lei a única forma de manifestação que nós temos. Ainda há 23 de maio passado, foi aprovado por esta Casa um requerimento de nossa autoria que solicitávamos e lembrávamos exatamente esta matéria, "reajuste salarial", à base da semestralidade".

É por isso, Srs. Deputados, que nós não podemos aceitar as acusações dos profetas de última hora, de uma democracia que no passado lhes foi negada por inteiro. Farsa, só pode falar em farsa quem demonstrou, por seus atos, ter moral político-partidária, para titulá-la, para acusá-la, para denunciá-la.

Lista tríplice, reajuste salarial semestral, são bandeiras sim. Nós as aceitamos. Tem toda razão o Líder do PMDB, quando afirmava que a lei menor pressupõe uma lei maior. Ainda de manhã, repetia, recebi a visita de uma delegação de funcionários do Inamps, em greve. O que é que eles pedem? A semestralidade e lhes tem sido negada pelo Governo Federal do PDS. Apresentaram e eu vou mostrar amanhã, desta tribuna, salários de funcionários federais que não chegam sequer até mesmo ao mínimo, decretado em lei pelo mesmo Governo Federal. Ora, Srs. Deputados, é bem verdade aquela passagem do Evangelho: "hipócritas, porque não tiras a trave que está

no olho do teu irmão".

É por esta razão que nós abonimamos as colocações feitas pelo autor desse oportunismo. E digo isto com propriedade, porque é muito fácil querer exigir, querer cobrar, querer fazer aquilo que popularmente se chama "fazer a caridade com o chapéu alheio". É pelos nossos atos que nós somos julgados, antes de sermos por aquilo que nós anunciamos, que sermos por aquilo que nós apregoamos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não usaremos todo tempo de que dispomos, por já estar tarde, mas nos sentimos na obrigação de afirmar, de enfatizar, que são hipócritas e insustentáveis, acusações ou afirmativas que partem de quem no passado pode realizar e não realizou, de quem no passado foi maioria e nada fez, porque que só agora veio aparecer uma lei de eleição direta para diretores, nós a aceitamos sim, e haveremos de em tempo hábil votar, proclamar, exigir, mas não pode falar em imperfeição no processo quem no passado pautou seus atos unicamente pelo capricho, unicamente pelo arbítrio.

Era o que tínhamos a recomendar, Deputado Paulo Furiatti, Vossa Excelência não perdeu nada em não ter assistido as poses arbitrarias do passado, típicas de Deputados que vinham simplesmente, denegrir, não aceitar, rejeitar aquilo que no passado foi nossa meta e falo assim como professor militante da classe do Paraná, como sempre fui.

É por esta razão que nós deixamos bem claro, hajam primeiro, façam, acionem um governo federal que está aí falido, empacotando o povo, como nós dizíamos, mostrem pelo exemplo, mas principalmente não sejam titulares daquela passagem, em enxergar um cisco, enxergar uma imperfeição leve que seja e fechar os olhos, perante a trave da incoerência, perante a trave do arbítrio, que há tantos anos tem sido bandeira em torno do qual tem passado genuflexo, inclusive o autor da lei que hoje mereceu e foi objeto de discussões nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa registra com satisfação as presenças em Plenário do Sr. Dr. Joaquim Antônio de Lima, Prefeito de Campina da Lagoa e o Vereador Luiz Valin, Presidente da Câmara Municipal de Campina da Lagoa.

Registra também a presença dos Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Curitiba, Lauro Carvalho Chaves e Luiz Carlos Betenheuser.

Está em votação o requerimento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Para encaminhar, Sr. Presidente. Serei extremamente breve. Estou usando a palavra para trazer a este Plenário uma citação, uma informação, um convite e uma correção.

A citação é do avô materno Edmar Luiz Costa, filósofo do seu município e o avô materno do Deputado dizia que a prática é o critério da verdade.

A informação, é sobre a prática do PMDB, que através de ato do Governador José Richa, está pagando os professores descontados na paralisação de 1982, descontados pelo Governo com o beneplácito da Bancada do PDS.

O convite, é o convite para que a Bancada do PDS, na sua luta a favor dos funcionários públicos estaduais e federais, compareça amanhã na Igreja da Guadalupe, numa grande concentração de luta, apoiando como estará fazendo o PMDB, a greve dos funcionários públicos federais.

Uma correção a um conceito expedido pelo Deputado Airtton Cordeiro, dizia ele, democracia é o regime da maioria, não é. Democracia, Deputado, é o regime da liberdade, a democracia procede através da maioria, mas o seu conteúdo, é a liberdade, a garantia das minorias se expressarem, como se expressou o Deputado nesta Assembléia, tentando pegar uma carona no projeto da semestralidade do PMDB, a carona, Deputado, lhe será negada agora, mas será concedida mais tarde,

quando terá Vossa Excelência a oportunidade de votar a mensagem do nosso Governador. Um oferecimento o que não estava previsto, nos quatro itens que anunciei ao iniciar a minha intervenção, o oferecimento do programa do Governo José Richa, para que o Deputado o tenha em baixo do seu travesseiro e possa nas ocasiões de necessidade, informar a sua bancada do que pretendemos fazer, do que discutimos e de quais são os nossos compromissos de campanha.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa registra com satisfação a presença do Sr. Hélio Laurindo e do Sr. Mário Bombiolo, Prefeito e Vice-Prefeito de Três Barras do Paraná.

Está em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para encaminhar, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de vários encaminhamentos de votação aonde foi discutido mais problemas políticos do que propriamente o problema que está em votação, que é o requerimento do Deputado Airtton Cordeiro, nós nos sentimos na obrigação de também procurar encaminhar a votação deste requerimento, para dizermos com toda a sinceridade o que entendemos a respeito do assunto.

Ficamos até certo ponto satisfeitos por vermos que, nesta Casa, setravam debates tão necessários, diálogos entre os Srs. Parlamentares, tão necessários para configurar o regime que vivemos, que é o regime democrático. E também, para valorizarmos esta Casa, porque todos nós que aqui viemos, temos o dever e a obrigação de procurar através da força deste Poder, que é o diálogo, a palavra, transmitir as nossas idéias a respeito dos assuntos de interesse de uma coletividade.

E quando o Deputado Airtton Cordeiro ocupava esta tribuna, autor do requerimento, e dizia que nesta Casa hoje se tenta fazer uma regra muito especial, uma regra que é discriminatória. Uma regra que serve para uns e pode ser prejudicial para outros. Uma regra que pode ser aplicada por um partido e os outros não têm o direito de aplicar, cuja regra o Deputado Airtton Cordeiro já especificou, esboçou e falou sobre ela.

E eu dizia de que na palavra do ilustre Deputado, Líder da Maioria, ele apenas não tentou estipular uma regra, mais sim 3 regras.

A primeira, foi falada pelo Deputado Airtton Cordeiro e a segunda, é que ele criticou a Bancada Minoritária nesta Casa, que é a nossa Bancada do PDS, por usarmos um artifício regimental por deixarmos o plenário na hora de votação. Artifício que ontem foi usada pela bancada que não tinha necessidade e não tem necessidade de usar este artifício, porque tem 34 Srs. Deputados e com a presença de apenas 29 pode aprovar e rejeitar qualquer matéria como bem entender.

No entanto, usa desta faculdade do Regimento e a bancada opositora, a nossa bancada, não tem o direito de usar essa faculdade.

Então, é mais uma regrinha que se tentou implantar e é preciso que seja dito e esclarecido. Todas as bancadas de qualquer parlamento têm o direito de usar e devem usar, quando sentir necessidade de que uma bancada, se não pode vencer pelo voto numérico, deve tentar um esforço para adiar uma votação, porque faz parte da regra do jogo, faz parte do regime democrático e faz parte de todos os Parlamentos desta Pátria.

A terceira regra é de que um Deputado não pode agora apresentar um projeto quando um Governo pensou em solucionar um problema.

Se existia na meta do Governo José Richa o aumento semestral dos funcionários públicos deste Estado, então nós, Deputados, ou este Poder não tem mais direito de legislar sobre qualquer assunto que passou por um programa de um Governo?

Estaremos nós assim, ou este Poder está tão subordinado, vexatoriamente subordinado ao Executivo? E que não temos

direito de apresentar matéria que já tenha sido objeto de um pensamento, de um programa de um Executivo?

Ora, Srs. Deputados, a liberdade de pensamento e de ação, de iniciativa, deve ser o que norteia a todos nós Deputados, independente do partido a que pertencemos e por isso que qualquer iniciativa que seja apresentada nesta Casa, quero livremente sempre quis, e este tem sido o comportamento inclusive da grande maioria dos Deputados desta Casa, também da Bancada da Oposição, votarmos, discutirmos, analisarmos, independente do que possa alguém ter pensado a respeito dessa matéria.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando foi apresentado este projeto pelo Deputado Airton Cordeiro, o aumento semestral aos funcionários deste Estado, este aumento semestral desejado desde há tanto, quando o Deputado Tadeu França ocupa a tribuna e diz que ontem o nosso partido esteve contra a lista tríplice dos professores ou esteve contra o aumento semestral porque não implantamos nós, quando alguns dos Srs. Deputados da Oposição mencionaram sobre isso porque não apresentamos projetos de aumento a todos os funcionários, inclusive da esfera federal.

Nós precisamos saber a competência que temos, a competência que a Assembléia Legislativa do Paraná tem é votar o aumento do funcionalismo do Estado, o aumento dos Srs. funcionários federais compete à Câmara Federal e ao Senado, e lá cabe aos Srs. representantes inclusive deste Estado, de qualquer partido que tome a iniciativa e que apresente os projetos para que este assunto tão importante e que a cada dia se torna mais importante, seja também lá discutido.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com muita consciência, com muita segurança da minha função, do meu papel a cumprir e com a responsabilidade que aqui tenho de representar parcela deste povo paranaense, quero dizer que não importa a origem da matéria, o que importa é o objetivo final. Se todos nós queremos dar o aumento semestral, por que então cercearmos um projeto, que será sem dúvida de sanção essa matéria. Por isso, a decisão é dele, o Paraná saberá reconhecer um dia, um mês, uma hora um minuto que for antecipado este aumento semestral, que tanto merece o nosso povo, que tanto sofre e que precisa dele, porque nós sabemos que a cada dia que passa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação se agrava mais.

Concordo em parte quando alguns dos Srs. Deputados, da Oposição criticam o sistema econômico do Governo Federal. Temos, desta tribuna, apresentado tantos requerimentos reivindicando posição e ação mais coerente em favor do povo, no entanto, temos visto frustradas as nossas intenções, muitas vezes.

Participo em parte dessas críticas quando elas são respeitadas e éticas, o que às vezes nós protestamos quando a crítica é antiética e desrespeitosa, aí não podemos admitir, porque um Parlamentar quando chega a esta Casa, tem que ter o mínimo de conduta ética para fazer prevalecer a sua vontade através da sua palavra.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, voto a favor deste requerimento. Não vejo nenhuma conturbação da ordem; não vejo nenhuma dificuldade para o Governo em apreciar uma matéria como esta, pois se no momento o Governo ainda não tem recursos econômicos para implantar, quem sabe, o aumento semestral, que ele rejeite, porque tem poderes para isso. No entanto, se tiver condições de aplicabilidade, agora, que sancione e diga ao Paraná que ele está sancionado uma lei que beneficia ao povo deste Estado, principalmente aos funcionários públicos. Eu voto a favor, com muita consciência, deste requerimento como voto a favor da matéria, para mim, com a responsabilidade

que tenho de representar parcela deste Estado. Não deste Estado. Não importa a origem que seja. Se amanhã estivermos votando algum benefício para o povo do Paraná, de mensagem do Governo, eu também voto a favor porque essa é a minha obrigação, esse é o meu dever, e assim me dita a minha consciência. Voto a favor deste requerimento, sabendo de que estou votando a favor do funcionalismo deste Estado, com a consciência de que estou procurando antecipar um programa já estabelecido pelo Governo sim, porque todos nós lemos isto, e quando o Deputado Airton Cordeiro apresentou, talvez fosse uma forma de cobrança da palavra do Governador José Richa. Se de fato ele tem também a vontade, a intenção de dar ao funcionário público esta é uma oportunidade: que apresente agora, então. "Não deixes para amanhã, o que podes fazer hoje". E eu sou mais a favor, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque eu sou a favor também da luta pela independência e da valorização deste Poder. Acho que nós temos o mais possível, e o quanto antes possível procurar impor aqui e decidir aqui e exigir daqui o cumprimento das medidas que são possíveis tomar em favor do nosso povo. É lógico que a Assembléia Legislativa do Paraná só pode discutir assuntos do Paraná. Nós não temos competência para decidir os assuntos da esfera federal; e eu já disse isso e repito: isso cabe ao Congresso Nacional. Mas para nós, Deputados da Assembléia Legislativa, que temos competência e o dever para decidir sobre assuntos do Estado, vamos, então, com autoridade, com consciência aberta e tranqüila, procurar defender o nosso povo tão sofrido; procurar votar aqui as matérias que julgarmos necessárias e justas, sejam elas da autoria de quem for, porque neste jogo político nós estamos prestando um desserviço, quem sabe, ao nosso Estado.

Ainda há pouco um companheiro de bancada apresentava um requerimento tentando levar ao Governo Federal uma solicitação extrapartidária e que teve ali o meu apoio verbal, e terá, de público, se necessário, porque acho que o momento brasileiro que vivemos há necessidade de uma união total; de deixarmos nossos jogos políticos de lado e procurar somar todos os esforços no sentido de conquistar o bem comum da nossa gente tão sofrida. É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando vemos ser, nesta Casa, jogada uma matéria tão importante como esta, e que, às vezes por uma questão de colorido político se rejeita ou se adia, nós não podemos acatar porque fizemos parte do Governo e a nossa conduta neste terceiro mandato que desempenhamos, tem sido sempre livre, independente; pouco temos procurado falar para não nos comprometermos, às vezes, na nossa fala, mas temos procurado agir, com consciência, com seriedade, procurando buscar as medidas mais adequadas que possam beneficiar o nosso povo. E eu tenho me parabenizado inclusive com Deputados da Bancada do PMDB, quando trazem medidas que eu vejo, com clareza, que são excelentes medidas; quando reivindicam em favor do povo com medidas que podem ser solucionadas. No entanto, quando ouvimos críticas, como há pouco ainda ouvimos, a respeito da lista tríplice, e o nobre Deputado Alencar Furtado dizia que o PDS treme quando ouve falar na eleição do dia 17. Confesso aqui, que tremo; tremo não pela eleição; mas eu tremo é porque sei de que os mais votados não serão nomeados, ou pelo menos, alguns deles. Eu sei de que essa pregação democrática não é verdadeira, porque, para mim, democracia verdadeira é que se declarasse de público que o diretor da escola que fosse o vencedor, independente de qualquer posição, esse seria o nomeado.

Então, para mim isso é democracia, mas, quando se tenta montar uma democracia fantasiosa, eu tremo sim, confesso que tremo. Porque se eu quero uma democracia

aberta e total, quero votação, quero escolha pelo povo, mas quero de que os escolhidos sejam os nomeados, seja o prestigiado, independente das qualidades dele. Se isto acontecer, voltarei a esta tribuna para aplaudir a eleição do dia 17. Porém, creiam os Srs., se eu souber de que o mais votado não foi nomeado, voltarei à tribuna para criticar. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de comunicar a esta Casa, acerca do que diz o documento “Diretrizes de Governo” que foi apresentado há pouco pelo Deputado Requião...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência solicita a Vossa Excelência e encarece ao mesmo tempo, a observância do Regimento Interno que diz respeito às Questões de Ordem. Vossa Excelência traz a esta Casa uma comunicação, numa fase de votação, que a Resolução 1/80 proíbe taxativamente. Se Vossa Excelência encontra algum desrespeito ao não cumprimento do Regimento Interno, a Mesa acatará com satisfação a Questão de Ordem de Vossa Excelência, caso contrário, não poderá conceder.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Neste particular, Vossa Excelência, pelo que me consta, tem razão parcial porque o Regimento é omissivo. Então, apelaria à liberalidade de Vossa Excelência, apenas para trazer uma comunicação muito breve, muito rápida a Casa...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa lamenta, mas na fase de votação o Regimento e a Resolução 1/80, não permite que o Deputado o faça. Vossa Excelência terá oportunidade e tem oportunidade em diversas fases da sessão e mais ainda em explicações pessoais que esta Mesa terá o prazer de atender se assim Vossa Excelência desejar. Está em votação o requerimento. Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, primeiro, o Deputado Cordeiro, depois, o Deputado Carneiro, falando no Poder Legislativo. O Deputado Carneiro falou do poder subordinado que é o Poder Legislativo. Mas, por que que o Poder Legislativo é tão subordinado?

E quando fala em matéria financeira que gera despesa pública, os Deputados do PDS que acabaram de usar da palavra no encaminhamento desta votação, se esquecem que nós temos uma Constituição no Estado do Paraná, que é o resultado do arbítrio e da violência dos últimos anos.

O Artigo 25 da Constituição do Paraná, diz o seguinte: “A iniciativa das Leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador e aos Tribunais Estaduais nos casos previstos nesta Constituição”.

Parágrafo 1.º — Deputado Augusto Carneiro e Deputado Ailton Cordeiro. “É da competência exclusiva do Governador, a iniciativa das leis que, a: disponha sobre matéria financeira; b: criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem investimentos ou a despesa pública”.

Artigo 35 — “É da competência do Poder Executivo, a a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem investimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção-auxílio de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.”.

Artigo 47 — Deputado Carneiro e Deputado Cordeiro:

“Compete privativamente ao Governador - item primeiro: iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores, ou acresçam a despesa, bem como fixe ou modifique o efetivo da Polícia Militar”.

Deputado Carneiro e Deputado Cordeiro. Vossas Excelências deveriam fazer com que a Bancada Federal do PDS, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, modificassem a Constituição da República no que tangem a estes três artigos, que nós do PMDB sempre fomos contra a este ranço do arbítrio que ainda impera na Constituição dos Estados.

Quando o Deputado Cordeiro falou da incorporação do PP ao PMDB, ele se esqueceu de dizer que o PP foi fundado porque acreditou na palavra do Presidente da República, esqueceu o Deputado Cordeiro de dizer que o PP foi criado porque acreditou na palavra do Ministro da Justiça, porque, infelizmente, neste País ainda não se pode acreditar na palavra de Ministro de Estado.

E, no mesmo instante em que as Lideranças das Oposições do Brasil conversavam com o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel o porta-voz da Presidência da República declarava e anunciava a vinculação total de votos.

Um golpe fatal aos pequenos, iniciantes e principiantes partidos.

Foi por isso que aconteceu a incorporação partidária do PP ao PMDB a nível nacional; e a nível do Paraná, Deputado Carneiro e Deputado Cordeiro, criou-se o PP porque eles compreenderam que na escola do ódio e da perseguição, o Magnífico Reitor sempre foi, com dedicação, sempre com maestria, o General Ney Braga.

É por isto que eles saíram da então Arena, porque não concordavam com aqueles métodos odiosos e sanguinários. Fundaram o seu Partido, acreditaram na bandeira do PMDB, e, hoje, estão aqui a lutar por um Governo democrático e soberanamente livre, que quer ver as causas populares realmente no dia-a-dia do Governo José Richa.

Quando falam da eleição para a lista tríplice, para diretores de escola, mais uma demagogia, mais uma carona como bem disse o Deputado Roberto Requião. A lista tríplice é o primeiro e grande passo para que saíamos daquele compromisso que existia entre os Deputados da Arena com então diretores de escola. Eles eram substituídos por telefone, eles eram substituídos por programa de rádio, por vontade única do monarca ou do coronel daquela paróquia. Era assim que se procedia. A lista tríplice aí está. A eleição do dia 17 fere exatamente aquilo que eles fizeram, que era mandar e comandar o processo educacional do Paraná.

Da sublegenda falou o Deputado Carneiro.

O que é sublegenda?

A sublegenda é o subpartido, e o subpartido foi criado pelos homens do PDS. A sublegenda foi o que eles sempre fizeram, a um contra dois, a dois contra um, ou contra três, a três contra dois, para dar sustentação à violência daqueles que cassaram mandatos, daqueles que perseguiram brasileiros, daqueles que cassaram e assassinaram compenheiros nossos da ditadura.

Enquanto viúvas choravam os seus entes queridos, eles aplaudiam. E aí está o resultado disso tudo: eleições diretas para Governador, quando o PMDB deu a maior surra no aposentado precoce do PDS.

E o que é que está fazendo, agora, o aposentado precoce do PDS, o engenheiro Saul Raiz? Pegando alguns Deputados do PDS, para ir a Brasília para boicotar o empréstimo internacional que o Paraná precisa e que os Municípios do Paraná precisam também. Eles estão lá, e é preciso denunciar,

aos Prefeitos do Paraná, que o Sr. Saul Raiz está lá em Brasília, não foi uma vez e nem duas, foram várias vezes, junto aos Ministérios, para não deixar que esta Carta autorize realmente, o Banco Mundial a fazer o empréstimo de 52,5 milhões de dólares ao Paraná.

Poder subordinado, Deputado Carneiro, ele ficou de cócoras, realmente, nestes últimos anos, quase duas décadas, rastejando, a Casa do Povo - não só a nível de Assembléia Legislativa, mas também das Câmaras Municipais. O que se quer é que este Poder seja vigoroso, o que se quer é que este Poder tenha voz ativa, mas para isto, nós temos o aval popular de 15 de novembro, e haveremos, sem dúvida alguma, de fazer o que fez Requião ao entregar ao Deputado Cordeiro, as diretrizes do PMDB do Paraná que o Governo Richa ainda não imprimiu porque está executando um orçamento feito pelos homens de ontem, do PDS.

O que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Senhora e Srs. Deputados, é que, a memória, não é curta, a memória do PDS é curtíssima. As diretrizes que o Deputado Requião acaba de entregar ao Deputado Cordeiro, foram lidas ontem, desta tribuna, pelo Deputado Adhail Sprenger Passos. Se a memória deles não vai ao longo dos 19 anos quando Atos Institucionais violentaram a Constituição deste País, chega até 24 horas quando, ontem, o Deputado Adhail Sprenger Passos usou desta tribuna para falar do programa do PMDB. O que precisamos sim, é dar um basta à demagogia do Deputado Cordeiro ao apresentar um projeto que é uma bandeira do PMDB ao longo dos anos, que eles, ainda no passado eram maioria, e não votaram essa semestralidade e o 13º salário, ao funcionalismo. E é por isso que o funcionalismo público do Paraná está no estado em que está, de penúria, num estado lastimável. Porque o PDS, o que fazia, era indicar funcionários para cargos no Estado do Paraná, que hoje vão a centenas deles, que são "fantasmas", recebem, e ninguém sabe se existem, recebem, e não batem o cartão-ponto. É por isso que vai acabar. Os funcionários estaduais que trabalham, serão valorizados porque este Governo não é de valorizar aqueles que estão a vadiar e a usar o dinheiro público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro; em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar à votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, solicito que Vossa Excelência me forneça o requerimento que está sendo votado. (É fornecido ao Sr. Deputado, o requerimento).

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Discutimos e encaminhamos agora, um requerimento que pede, simplesmente, a urgência...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem.

Escusando-me com o orador que se encontra na tribuna, o eminente Vice-Líder, Deputado Gilberto Carvalho, solicito a Vossa Excelência e vou encaminhar por escrito, um requerimento no sentido de que seja prorrogada a sessão, por mais duas horas, para que nós possamos esgotar o assunto em tela.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa aguarda o encaminhamento do requerimento de Vossa Excelência.

(É encaminhado à mesa requerimento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, prorrogando a sessão por uma (01) hora.

Com a palavra, o Sr. Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Mas estamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, encaminhando a votação de um requerimento que simplesmente pede urgência na votação de um projeto de lei apresentado pelo eminente Deputado Ailton Cordeiro. Nós tivemos a oportunidade de ver há poucos instantes, mencionar a nossa Constituição e de que o projeto é inconstitucional. Porque não votarmos então este requerimento para que o projeto venha a Plenário e o PMDB que tem a maioria nesta Casa tenha aí oportunidade de votar contra o projeto apresentado pelo Deputado Ailton Cordeiro e, querendo pode até aprovar o projeto que diz inconstitucional. Que cabe ao Governador do Estado com a sua sanção, suprir a inconstitucionalidade e se ele não concordar com o reajuste semestral, simplesmente vetará o projeto que for aprovado por esta Casa.

Ouvimos também de que o PDS teve a oportunidade de aprovar, em anos anteriores, o reajuste semestral, a lista tríplice, a eleição direta, mas o que estamos fazendo hoje, não é ir na garupa de alguém, querer aproveitar projeto de quem quer que seja.

O que estamos fazendo é exercer o papel de Oposição, cobrando da Situação aquilo que prometeu em praça pública. Não foi o PDS que prometeu reajuste semestral e não prometeu porque o Governo passado não tinha condições de pagar o reajuste semestral. Este prometeu e estamos cobrando para que se cumpra. Não foi o PDS que prometeu a lista tríplice. Eu mesmo estive na tribuna argumentando essa situação da lista tríplice, mas a Oposição de então, prometeu mas prometeu a lista tríplice não para eleição de diretores de estabelecimentos. Prometeu a lista tríplice para eleição de inspetores regionais, inspetores auxiliares de ensino e o que aconteceu foi feita a nomeação como sempre era feita. Com uma única diferença, estou eu com o Diário Oficial do dia 1º em que traz três nomeações dizendo: "fica nomeada a professora... fulana de tal, e fica exonerada a professora fulana de tal, sem que existisse o pedido de exoneração.

É preciso que se assuma a responsabilidade daquilo que se faz.

As inspetoras exoneradas da minha região, nenhuma delas pediu demissão, mas consta do Diário Oficial - exonerada a pedido -, mas a este reajuste semestral. O Governo há poucos dias disse que vai dar o reajuste semestral, se comprometeu. Porque a Oposição não pode apresentar um projeto como apresentou o Deputado Ailton Cordeiro e a Situação de hoje, facilite com que este projeto chegue até o Governador do Estado, para que ele possa cumprir o que prometeu ao povo nas campanhas que encerraram-se em 15 de novembro e que o povo confiou naquelas promessas feitas.

Fizeram a maioria, ganharam as eleições. É preciso que se cumpra, porque o que nós vimos na mesma situação, aqui está: "Diretrizes". "Democracia de Justiça Social", diretrizes do Governo José Richa.

Já está servindo para que nós possamos nos guiar de tantas promessas que houve e para diretor, diz, aqui, - eleição direta, não fala em lista tríplice, então, quando nós criticamos, é porque sabemos como está sendo conduzido. O próprio Governador disse numa reunião de Prefeitos da minha região, em Palácio, quando um Prefeito meu protestou dizendo que não era possível a lista tríplice, e ele disse para um Prefeito do PMDB, que também revoltado, perguntou para o Prefeito se ele não tinha capacidade de indicar uma diretora que tivesse pelo menos um voto, porque ela entraria na lista tríplice; estaria com a sua eleição garantida.

Isto é democracia? ... Não, meus Senhores. Não é isto que nós esperamos; esperamos uma democracia em que o povo participe, em que o povo receba os benefícios. Não é iniciar um governo, iniciar na sua contagem, mas iniciar na sua administração. Ainda não pudemos ver nada, não assistimos nada, e o povo está esperando; está esperando que inicie este Governo para que ele, povo, possa ser atendido.

Estamos vendo até no pagamento de professores aquele salário-educação que é transferido do Ministério da Educação à Secretaria e, através da Fundepar, para pagamento aos municípios. Não para pagamento aos municípios pelos professores do Estado dos Municípios que estão à disposição do Estado, mas para a sua Rede Municipal de Ensino. Então disse a Secretária da Educação que depende do Governo Federal, mas nós sabemos que os recursos do MEC vieram rigorosamente: janeiro, fevereiro, março, abril e maio, e por que até hoje ainda há município que nada recebeu?

Não entendo esta democracia; não entendo esta preocupação com o povo, através do Ministério da Educação, aprova uma resolução em que transfere o resto do salário-educação que antes atendia à Rede Particular de Ensino, com compra de vagas, com bolsa de estudos, transfere agora ao Estado com uma recomendação que repasse ao município para ajudar os municípios neste momento em que os Prefeitos estão em dificuldades para que eles possam pagar os professores de seus municípios. E o que acontece, porque o Governo Federal já não repassa direto para os municípios.

Mas o que nós queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é ver o funcionalismo público receber esse reajuste semestral nada mais justo. Porque o PDS não deu - eu já disse. Se não deu é porque não pode e não prometeu. O PMDB prometeu - estamos pedindo que cumpra, porque é justo, é necessário, é preciso que venha também o aumento do funcionalismo, que o Governo analise, que criticou tanto, que a Situação falou tanto nos palanques, que ia melhorar o padrão de vida do povo, que o funcionalismo teria melhores condições. Está na hora de encaminhar a mensagem, dando este aumento que o funcionalismo espera. Está na hora de conceder este reajuste semestral, mas poderia o Governador do Estado dizer e recomendar à sua liderança que procure segurar o projeto que foi apresentado pelo Deputado Airton Cordeiro do PDS. Nada mais justo, mas que ele mande em seguida e nós vamos votar, com o Governo, uma mensagem concedendo reajuste semestral de acordo com o que ele prometeu e que fique arquivado o projeto do Deputado Airton Cordeiro.

Acompanharemos votaremos favorável à mensagem do Governo, concedendo reajuste semestral, mas se falou em Orçamento, e eu me lembro muito bem, logo após 15 de novembro, quando foi o Deputado Nilso Sguarezzi à tribuna dizer que o Governo em 83 administraria com o Orçamento que não era dele e que muita coisa não poderia ser cumprida porque o Orçamento foi elaborado pelo Governo passado. De pronto, o Deputado Erondy Silvério, Líder do Governo na época e de nosso partido, pediu um aparte e fez um apelo ao Deputado para que apresentasse um substitutivo, como ele bem entendesse, que a Bancada do PDS votaria esse substitutivo, para que tivesse um Orçamento que o Governo julgasse o necessário para atender a comunidade paranaense. Esse substitutivo não veio, é porque estava correto.

E agora? Fala-se em Governo Federal. Num empréstimo em dólar. Por que? Fiz ontem um apelo desta tribuna, para que o Governo encaminhe também a relação dos municípios a serem beneficiados. As condições de pagamentos em parcelas, para que tenha a participação de todos os Deputados desta Casa. E possam os municípios serem atendidos. Mas não é só a situação alimentar em que se encontram os nossos municípios; agora estão as entidades assistenciais; as creches. Quem não sabe, que neste momento difícil na área rural,

quantos trabalhadores mandam o filho para a escola mas não preocupados, com o que o filho vai aprender na escola; preocupados com a merenda escolar que ele vai receber para se alimentar, porque não tem na sua casa.

Mas nem a merenda escolar, neste Governo está sendo distribuída a contento, de acordo com a programação que vinha sendo feita no ano passado.

Então tudo que nós apresentamos agora, é demagogia; pedir aquilo que foi prometido é demagogia. Estamos falando em independência deste Poder. Voltar às atribuições que sempre teve o Poder Legislativo, de legislar, de apresentar projetos, mesmo que aumentem despesas.

Sabemos que a nossa Constituição, no seu artigo 25, impede a iniciativa por este Parlamento, de qualquer projeto que aumente a despesa que venha influir no funcionalismo público.

Por que nós não vamos valorizar este Poder, apresentando, quando sabemos que a sanção do Governo, supre esta inconstitucionalidade. E esta, a iniciativa do Deputado Airton Cordeiro, apresentando o projeto, esperando o projeto, esperando que o Governo estando de acordo, com o reajuste semestral, irá suprir com a sua sanção ao projeto de lei apresentado.

E é por isso que nós aqui estamos, encaminhando hoje não o projeto que gostaríamos de estar encaminhando, mas um simples requerimento pedindo urgência para que o projeto venha para esta Casa, para ser discutido, não pelos Deputados do PDS, mas pela bancada também do PMDB. É isto que estamos pedindo e vamos votar favorável ao requerimento para dar oportunidade a esta Casa de discutir o projeto apresentado pelo Deputado Airton Cordeiro, para que todos possam falar e argumentar até que o Governo resolva encaminhar, se julgar conveniente, a sua mensagem concedendo reajuste semestral ao funcionalismo público do Estado do Paraná, como pedem também em outros Estados; como eles cobram do Governo Federal, não cabe a este Poder legislar pelo Governo Federal; mas cabe a nós, legislar no Estado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a discussão. Está em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro. Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, peço a palavra. Solicitei, Sr. Presidente, em voz que creio ser audível; solicitei, em voz que creio ser audível e encaminhar o requerimento. Vossa Excelência colocou em votação, imediatamente o mesmo e declarou o resultado... entretanto, já há diversos precedentes da Mesa permitindo encaminhamento de votação, mesmo depois de declarado o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa responde a questão de ordem de Vossa Excelência, lembrando o que diz o parágrafo único do Artigo 105.

“Os requerimentos de urgência serão inscritos e a discussão em torno dos mesmos não poderá exceder de quinze minutos”.

A Mesa aguardou o pedido para discutir, não apareceu, encerrou a discussão e anunciou o resultado. Cabe a Vossa Excelência, no entanto, a verificação de votação.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Pela ordem.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Tive a oportunidade e peço a Vossa Excelência que reconsidere, porque quando eu saí da tribuna, Vossa Excelência

continuou dizendo que estava em votação o requerimento, o Deputado Losso pediu para encaminhar a votação, mas o serviço de som não estava ligado. Vossa Excelência não pôde ouvir, mas eu sei que todos que estavam ao lado tiveram oportunidade de ouvir, o próprio funcionário que está dando assistência à Mesa teve oportunidade de ver quando o Deputado falava, não ouviu o que ele disse, mas viu que estava pedindo para encaminhar a votação, por isso eu apelo a Vossa Excelência para que dê a oportunidade do encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa está procurando a observância do Regimento Interno e quando o Deputado havia pedido, ou se pediu não chegou ao conhecimento da Mesa, se por falta de som não sei, esta Mesa já havia colocado em votação o requerimento e anunciado o resultado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, requeiro verificação de votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Pela ordem.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Pela ordem. Pedi, pela ordem, já há algum tempo. Estou observando que Vossa Excelência está sendo um tanto deslegante com este Deputado, porque fiz a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Lembro a Vossa Excelência, ilustre Deputado Ezequias Losso, lembro mais uma vez, tomo a liberdade de lembrá-lo mais uma vez, que ao Deputado é facultado solicitar a palavra pela ordem sobre o mesmo assunto, uma vez, a Mesa já foi liberal com Vossa Excelência lhe concedendo a palavra por mais de uma vez, sobre o mesmo assunto. Por esta razão, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, pela ordem.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência considerasse a decisão da Presidência, porque na verdade, nós pudemos ouvir claramente quando o Deputado Ezequias Losso se inscreveu para encaminhar a votação, agora, não compete, não cabe culpa ao Deputado se no momento que ele fez a solicitação, o serviço de som não estava funcionando.

Cansamos aqui, Sr. Presidente, de solicitar a palavra pela ordem e os microfones não funcionarem.

Então peço a Vossa Excelência que tem procurado de uma forma ativa, como Presidente, que reconsidere a sua decisão e que democraticamente, permita ao Deputado Ezequias Losso que exponha o seu ponto de vista, sobre esta matéria que está sendo discutida pela Assembléia Legislativa com maior interesse. É o apelo que eu faço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sem pretender ser deslegante com o ilustre Deputado Ezequias Losso, a Presidência invoca o § 1º, do Art. 97 do nosso Regimento Interno. “Que todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia. Está mantida a decisão da Mesa com a discussão encerrada e ela irá atender a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Pela ordem - Apenas para solicitar a Vossa Excelência que esta decisão conste em livro sobre a Mesa, para futuros casos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Constará, além do

que já consta do nosso Regimento Interno no Artigo 97.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem. Sr.

Presidente, Vossa Excelência está verificando que resta à Bancada minoritária desta Casa o recurso regimental, a possibilidade de denunciar ao Paraná os fatos lamentáveis que estão ocorrendo nesta tarde, na Assembléia Legislativa.

Resta à bancada minoritária nesta Casa somente isso, Sr. Presidente. E renovo o apelo que o Deputado Airton Cordeiro formulou a Vossa Excelência no sentido de assegurar a palavra ao eminente Deputado Ezequias Losso, que quer colocar também a sua posição a respeito deste assunto que é tão momentoso para o Paraná. E não é só Sua Excelência, Deputado Ezequias Losso, também, este Parlamentar na condição de Líder deseja formular a posição de sua bancada como igualmente o Deputado Werner Wanderer, que aqui está e o Deputado Fuad Nacli. Tal decisão da bancada, Sr. Presidente, é importante que Vossa Excelência saiba na condição de Presidente deste Poder, está consubstanciado até no requerimento que nós solicitamos de prorrogar a sessão para que todos os Parlamentares do PMDB e do PDS possam expor a sua opinião a respeito do assunto.

Portanto, solicito a Vossa Excelência de que reconsidere a sua decisão e aceite as ponderações do Deputado Airton Cordeiro para que seja assegurada ao Parlamentar do PDS, ainda que Vossa Excelência tome esta atitude democrática nesta tarde, de vez que nós verificamos que o rolo compressor do Governo quer impedir, inclusive, que os Parlamentares da Oposição possam denunciar à opinião pública o que está ocorrendo no Paraná de hoje.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa respondendo a questão de ordem de Vossa Excelência tem a declarar que mantém a decisão tomada no estrito cumprimento do Regimento Interno da Casa. Resta-lhe, ilustre Sr. Deputado, a inscrição em Explicações Pessoais.

A Mesa irá atender a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem.—

Solicito que Vossa Excelência coloque a sua decisão no Plenário. Recorro da decisão de Vossa Excelência no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Respondendo a questão de ordem de Vossa Excelência lembraria ao ilustre Deputado o que diz o Artigo 125 do Regimento Interno.

“Das decisões da Mesa deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário”.

Pelo que diz este Artigo 125, não cabe neste caso que Vossa Excelência recorra do Plenário. Mas, numa demonstração de liberalidade reclamada por Vossa Excelência devolvo ao Plenário a decisão tomada pela Mesa. Está em votação...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem — Não considero um gesto de liberalidade de Vossa Excelência de vez que este Plenário é soberano.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atenderá por liberalidade a questão de ordem levantada por Vossa Excelência e está em votação a decisão da Mesa em não voltar atrás e não ferir o Artigo 97 do nosso Regimento.

Os Srs. Deputados que apoiam a decisão da Mesa queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 23 Srs. Deputados apoiam a decisão da Mesa, 6 rejeitam. Está mantida a decisão.

Está em votação o requerimento de autoria do Deputado Airton Cordeiro e a Mesa irá proceder a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Pela ordem. Sr. Presidente, quero que Vossa Excelência determine que conste na Ata desta sessão que este Deputado se retira deste plenário, neste momento, em solidariedade aos ilustres Deputados: Fuad Nacli, Werner Wanderer, Tércio Albuquerque, Ezequias Losso, que gostariam de manifestar o seu pensamento e que tiveram tolhido o seu direito, já não mais pela Presidência, mas pela decisão do PMDB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa irá determinar a observação de Vossa Excelência sem contudo concordar com o termo tolhido que Vossa Excelência usa. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

A Mesa irá anunciar o resultado da verificação de votação. Vinte e três Srs. Deputados rejeitam, um Sr. Deputado aprova.

Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

O SR. ANIBAL KHURY — (Pela ordem) — Peço a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal requerida pelo Deputado Anibal Khury.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Trinta e seis Srs. Deputados responderam a chamada.

Está em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.

O SR. FUAD NACLI — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa atende e solicita aos Srs. Deputados que tomem seus assentos para que possamos proceder à verificação requerida. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa) Vinte e três Srs. Deputados rejeitam; um Sr. Deputado aprova.

Não há quorum para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 32/83.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 19/83 e do Projeto de Resolução nº 48/83.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 149/82 e 18/83.

Levanta-se a sessão.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 308/83

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4752, de 25 de maio de 1983, deste Poder,

RESOLVE:

mandar pagar ao funcionário EDMIR ENÉZIO DA SILVA, matrícula 498, ocupante do cargo de Assessor Administrativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, cinco por cento 5% de quebra de caixa, sobre seus vencimentos básicos, a partir de 22 de abril de 1983 de acordo com o Art. 201, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista que o referido funcionário está exercendo as funções de Chefe da Divisão de Pagadoria, do Departamento de Finanças.

Palácio "XIX de Dezembro", em 08/06/83.

TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

PORTARIA Nº 409/83

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria 241/83 que designou JAQUELINE BOAMORTE, funcionária contratada deste Poder, para prestar serviços no Departamento Administrativo, junto à Divisão de Almoxarifado; e,

II — designar a mencionada funcionária para prestar serviços no Departamento Legislativo, junto à Divisão de Redação e Debates.

PORTARIA Nº 410/83

I — designar os funcionários LUIZ LOSSO, AYRTON LUIZ BAPTISTA e SYLVIO SEBASTIANI, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestarem Assessoramento na Comissão de Cultura e Esportes;

II — designar os funcionários ABIB MIGUEL, ALCEU ALVES PASSOS e GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestarem Assessoramento na Comissão de Recursos Humanos;

III — designar os funcionários MARINA CUNHA MARTINS, DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA, RENATO EUGÊNIO REBELLO SCHAITZA e MUSSA JOSÉ ASSIS, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestarem Assessoramento na Comissão de Indústria e Comércio.

PORTARIA Nº 411/83

antecipar para o período de 23 de maio a 22 de junho de 1983, as férias concedidas pela Portaria 013/83, ao funcionário EMÍLIO REINALDO GREBER, matrícula 499, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 4442)

PORTARIA Nº 412/83

I — revogar a Portaria 199/83, que designou para prestar serviços no Gabinete da Consultoria Legislativa, o funcionário MÁRIO JOSÉ DE RAUER BACELLAR FILHO, contratado deste Poder; e,

II — designar o citado funcionário para prestar serviços como Datilógrafo, junto à Comissão Especial do Programa Fórum de Debates.

(Protoc. nº 4518).

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de maio de 1983.

CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 413/83

designar ALCEU RAMOS, matrícula 363, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Coordenadoria Técnica da Mesa.

(Protoc. nº 4559).

PORTARIA Nº 414/83

designar JOÃO BATISTA FIGUEIREDO, funcionário contratado deste Poder, pela Administração, como Datilógrafo, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 18 de maio de 1983.

(Protoc. nº 4565)

PORTARIA Nº 415/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES, matrícula 350, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 25 de novembro de 1975 e 25 de novembro de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro.

(Protoc. nº 1749).

PORTARIA Nº 416/83

designar o funcionário JOSÉ GANDA DE OLIVEIRA, contratado deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Basílio Zanusso.

(Protoc. nº 3413).

PORTARIA Nº 417/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 013/83, ao funcionário LORIS CORDEIRO DE BARROS, matrícula 128, ocupante do cargo de Consultor Administrativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 4625).

PORTARIA Nº 418/83

conceder à funcionária GENIR DOS SANTOS FERNANDES matrícula 199, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 16 de maio de 1983, em prorrogação.

(Protoc. nº 428/83).

PORTARIA Nº 419/83

conceder à funcionária JULIETA ROSA SAMPAIO, matrícula 472, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 17 de maio de 1983, em prorrogação.

(Protoc. nº 4738).

PORTARIA Nº 420/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período das férias conforme especifica: MANOEL AGUIAR FILHO — Mat. 339 — 2 meses — 1982 ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES — Mat. 189 — 4 meses — 1981 e 1982

(Protocolos nºs 4809/83 e 4858/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de maio de 1983.

CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 421/83

designar JEAN MARRY DONATO, funcionário contratado deste Poder, pela Administração, como Auxiliar de Portaria, para prestar serviços no Departamento Administrativo, junto à Divisão de Serviços Gerais, a partir de 18 de maio de 1983.

(Protoc. nº 4709).

PORTARIA Nº 422/83

designar BELMIRA FÁTIMA GUIMARÃES, funcionária contratada deste Poder, pela Resolução 71/80, para prestar serviços como Datilógrafa, junto ao Gabinete do Deputado Homero Oguido, a partir de 18 de maio de 1983.

(Protoc. nº 4680).

PORTARIA Nº 423/83

designar JOSÉ CARLOS PEREIRA PAIVA, matrícula 180, ocupante do cargo de Assessor Administrativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços junto à Comissão de Turismo.

(Protoc. nº 423/83).

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de maio de 1983.

CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral